

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 131

SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO N.º 53, DE 1972

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar uma operação de empréstimo externo, destinada ao financiamento de trechos prioritários do Programa Rodoviário Estadual.

RETIFICAÇÃO

Na republicação feita no DCN (Seção II) de 14-11-72, página 4.509, 1.ª coluna,

Onde se lê:

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 10-11-72.

Leia-se:

(*) Republicada por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 9-11-72.

RESOLUÇÃO N.º 54, DE 1972

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo, destinada ao financiamento parcial do Programa de Obras do Estado.

RETIFICAÇÃO

Na republicação feita no DCN (Seção II) de 14-11-72, página 4.509, 2.ª coluna,

Onde se lê:

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 9-11-72.

Leia-se:

(*) Republicada por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 10-11-72.

SUMÁRIO DA ATA 146.ª SESSÃO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagem do Sr. Presidente da República

— De agradecimento de remessa de autógrafo de decreto legislativo:

N.º 218/72 (n.º 360/72, na origem), referente ao Decreto Legislativo n.º 66/72, que aprova o texto das modificações introduzidas no Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR NEY BRAGA — Manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. Arthur Ferreira dos Santos.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Trabalhos realizados pela PETROBRAS no Estado de Sergipe.

2.3 — Comunicações da Presidência

Recebimento dos seguintes ofícios:

— Ofício S n.º 47/72 (n.º 1.409/72, na origem), do Governador do Estado de Sergipe, solicitando autorização do Senado para que aquele Estado possa contrair empréstimo externo, destinado ao financiamento parcial de projetos prioritários do Programa Rodoviário Estadual.

— Ofício S n.º 48/72 (n.º 236/72, na origem), do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado para que aquele Estado possa contrair operação de empréstimo externo para execução do seu Sistema de Redes Integradas de Telecomunicações.

3 — ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões.

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

5 — Atas das Comissões

6 — Composição das Comissões Permanentes

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem 15.000 exemplares

ATA DA 146.^a SESSÃO EM 16 DE NOVEMBRO DE 1972

2.^a Sessão Legislativa Ordinária da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

Às 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Flávio Britto — José Lindoso —
Renato Franco — Alexandre Costa —
Clodomir Milet — Petrônio Portella —
Lourival Baptista — Paulo Tôres —
Gustavo Capanema — Accioly Filho —
Ney Braga — Lenor Vargas — Guido Mondin —
Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.^o Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de remessa de autógrafa de Decreto Legislativo:

— N.^o 218/72 (n.^o 360/72, na origem), de 14 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.^o 66, de 1972, que "aprova o texto das modificações introduzidas no Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento".

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Braga.

O SR. NEY BRAGA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Paraná perdeu nesta semana um de seus mais ilustres e prestantes filhos. Faleceu, no Rio de Janeiro, depois de uma vida toda dedicada à causa pública, o Dr. Arthur Ferreira dos Santos.

Paranaense da melhor cepa, desde jovem, nos bancos acadêmicos do Largo do São Francisco, brotaram nele duas vocações: a de cultor do Direito e a de servidor do povo.

Assim, recém-saído da Universidade, onde somara à sua inteligência uma cultura humanística invejável, Arthur Santos foi convocado para a vida pública de seu Estado natal. Foi Promotor — e honrou o Ministério Público. Foi Chefe de Polícia — e já então marcou o seu caráter e os sentimentos de humanidade que o ornavam. Foi auxiliar direto do Presidente do Estado — e compreendeu o alcance e a importância da atividade política.

Passados os tempos, Arthur Santos, que já representara o Paraná no Congresso Nacional, reconquistadas para o País as liberdades democráticas, voltou a receber um mandato de seus coestaduanos. Em memorável pleito, quando se passou a exercer de direito e de fato a prática da democracia, foi elevado ao Senado da República.

Os Anais desta Casa falam bem alto da atuação do Senador Arthur Santos. Nas bancadas do velho Palácio Monroe, com desenvoltura e elevação, como um dos grandes oradores do Parlamento brasileiro, ele pôde externar o seu pensamento político, marcadamente democrático e volta-

do sempre para os interesses maiores do povo e do País.

Depois foi Deputado — e sua atividade na Câmara manteve as mesmas características que assinalaram com tanto destaque sua passagem pelo Senado.

Já então Arthur Santos não era apenas um homem do Paraná. Sua liderança o projetara nacionalmente e — justiça seja feita — nos tempos da nova República, foi o primeiro paranaense a galgar posto de significação política nacional. E esse posto foi o de Presidente da União Democrática Nacional. A UDN, desde seu surgimento, desde a semente do "Manifesto dos Mineiros", desde a redemocratização de 1945, sempre primara por saber escolher e promover os seus homens bons. E a sua liderança nacional sempre fora o espelho desse critério. Para a Presidência de sua agremiação política, Arthur Santos foi convocado por seus companheiros em momento de crise justamente para que, com sua grandeza política, pudesse ser o moderador entre as vibrantes correntes de seu Partido, mantendo-o unido para enfrentar as lutas e as disputas que acompanham os processos de consolidação democrática.

Mas não parou aí a atuação de Arthur Santos. Pelo Governo da República, foi convocado para a Diretoria do Banco do Brasil. E foi Diretor durante 15 anos, alcançando, inclusive, a Presidência.

Isto prova a superioridade, a isenção e a capacidade de Arthur Santos. Sem oferecer-se, era chamado. E chamado por governos que não tinham de comum entre si. Arthur Santos, no Banco do Brasil, talvez tenha sido o titular de mais longo mandato. E por que haveria de ser assim se ele

não fosse como era — um trabalhador incansável, um patriota consciencioso, um homem completo na soma das melhores qualidades humanas?

O Paraná lhe deve muito, assim também o Brasil. E Arthur Santos, deixando a vida pública, na busca de um merecido repouso, continuou na atividade até que a doença, rapidamente, de maneira quase fulminante, abateu-o quando, aos 78 anos, ainda possuía a energia, a lucidez e a firmeza dos seus melhores anos.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não.

O Sr. Lourival Baptista — Nobre Senador Ney Braga, associe-me às homenagens que V. Ex.^a presta, nesta oportunidade, ao insigne brasileiro Dr. Arthur Santos, ex-Deputado Federal e ex-Senador. Conheci bastante o Dr. Arthur Santos, homem sério, digno, honesto e cumpridor das suas obrigações. Não é só uma grande perda para o Paraná; é uma grande perda para o Brasil — de um grande político, de um extraordinário homem público que honrou a sua terra e a nossa Pátria.

O SR. NEY BRAGA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a Sei realmente das ligações que V. Ex.^a, nobre Senador Lourival Baptista, teve com o nosso querido companheiro que hoje nos falta, sei que esta amizade era recíproca e sei que Sergipe também aprendeu a admirar esse homem que o Paraná entregou ao Brasil e que agora tanta falta por certo há de fazer não só a seus amigos como à vida pública brasileira.

Como paranaense, como democrata, como companheiro de Arthur Santos em tantas lutas, quero deixar registrada no Senado da República — Casa a que tanto honrou — a mais sincera homenagem ao grande brasileiro que se foi.

Mas se a morte o leva, resta-nos a esperança de que frutifiquem as sementes que plantou. Um homem como Arthur Santos não se esvai quando se esvae nele as seivas da vida.

Ele deixou marcas, ele criou tradição, ele legou exemplos.

Que Deus o tenha, com a mesma intensidade e o mesmo calor com que seus patrícos e o Paraná o têm e o terão sempre na saudade, na memória e na gratidão. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso) — Srs. Presidente, Srs. Senadores: As sucessivas descobertas de petróleo, em Sergipe, tornaram o meu Estado excelente ponto de referência para que avaliemos com segurança o trabalho que vem sendo desenvolvido pela PETRO-

BRAS, nas mais diversas frentes, consciência de suas grandes responsabilidades quanto ao futuro brasileiro.

A importância decisiva do problema petrolífero para o futuro do Brasil nos força a acompanhar com redobrada atenção o trabalho realizado em Sergipe, sem que jamais ignoremos o gigantesco esforço empreendido pela PETROBRAS, praticamente em todo o Território Nacional no seu afã de pesquisar ao máximo, a fim de que possamos nos tornar, um dia, auto-suficientes em matéria de produção petrolífera.

Até março do próximo ano, terá início a produção de Guaricema e, alguns meses depois, de Caioba. Esses dois campos produzirão, a médio prazo, na mais pessimista das hipóteses, 80 mil barris diários, não mais restando dúvida de que sua produção, a prazo longo, ultrapassará os cem mil barris! Simultaneamente, serão extraídos cerca de três milhões de metros cúbicos de gás, por dia, de imenso valor para o Pólo Petroquímico do Nordeste conforme já tive oportunidade de salientar, por mais de uma vez, desta tribuna.

Sem descuidar da pesquisa, a PETROBRAS concentra esforços na conclusão de complexas obras que permitirão, a partir do próximo ano, a exploração efetiva dos campos petrolíferos já descobertos na plataforma submarina do meu Estado. No tocante à Guaricema, estão prontos os oleodutos do mar para a terra e o interno do campo e quase concluídas as instalações de terra. Daí a certeza de que até o mês de março vindouro já inicie sua produção, que será no mínimo de 20 mil barris diários. No campo de Caioba, que produzirá 60 mil barris diários, ou mais, estão em andamento veloz os trabalhos de perfuração, início de oleoduto, Caioba devendo começar sua fase produtiva no primeiro semestre do próximo ano.

Intenso está sendo o esforço da PETROBRAS para a conclusão de suas obras em Sergipe plenamente consciente que é de sua grave missão.

Sr. Presidente, é profundamente alentador verificar que a PETROBRAS vem cumprindo, com rigor, empenho e rara competência, as difíceis tarefas que lhe foram atribuídas pela lei que a criou. Os resultados já alcançados por essa modelar empresa são indiscutivelmente promissores e nos permitem total tranquilidade com relação ao nosso futuro em matéria de petróleo. Não vejo procedência no pessimismo com que alguns vêem a empresa, cuja produção estaria em declínio. Isto não ocorre: em 1970, produzimos 1.730.000 metros cúbicos de óleo; em 1971, a produção foi de 1.720.000 metros cúbicos e, até agosto deste ano, já se situava ela em 1.070.000 metros cúbicos, na demonstração de que a produção em terra

permanece constante, sobretudo se tivermos em mira que o óleo vem sendo produzido em condições técnicas que visam ao perfeito resguardo das jazidas em exploração.

Ainda muito recentemente, a PETROBRAS perfurou em meu Estado o poço SE-14, próximo da Barra dos Coqueiros, e que veio abrir novas perspectivas. Seu objetivo é o de reencontrar a mesma jazida petrolífera descoberta no campo de Caioba. Esse poço possui grande significação para a atual fase de estudos do Departamento de Exploração e Produção da PETROBRAS. O SE-14 fica acerca de 5 mil metros distante do SE-18, que foi descoberto no mês passado e chegou a produzir petróleo e gás. Está ele, atualmente, a mais de 2 mil metros de profundidade e, segundo boas informações, já foram encontrados indícios de petróleo, só não se concluindo uma tentativa de teste por problemas mecânicos. Os técnicos que nele trabalham esperam encontrar a mesma formação "serraria" que foi encontrada no campo de Caioba e que é a de maior potencialidade petrolífera já descoberta no Brasil. Sabe-se que essa formação geológica — "serraria" — encontra-se no SE-14 a mais de 2 200 metros de profundidade, daí a permanente expectativa de que, a qualquer momento, seja encontrada a nova jazida, com a definição do poço.

Informa a Superintendência da Região da Produção no Nordeste, cuja sede é em Aracaju, que, no mar, o maior trabalho da PETROBRAS é o de desenvolver os campos petrolíferos já descobertos. Está, assim, a empresa instalando plataformas para a produção do petróleo da plataforma continental. No momento, empenha-se no preparo do complexo sistema de escoamento do petróleo do mar, que muito em breve estará concluído. Igualmente estão sendo feitos os poços que vão desenvolver as jazidas do mar, que logo começarão a produzir o óleo de que tanto necessitamos.

Todo o sistema de escoamento do petróleo existente na plataforma continental foi programado pelo Departamento de Transportes da PETROBRAS. Inicialmente foram construídos oleodutos submarinos interligando os poços do mar ao terminal definitivo da Atalaia Velha (TECARMO). Esses oleodutos vão interligar as jazidas com o sistema de escoamento de petróleo existente no continente, na Praia de Atalaia, onde foi concluída, recentemente, a construção de um tanque petrolífero de 433 mil barris, o maior da América Latina em capacidade de estoque e que servirá para armazenar todo o petróleo escoado dos campos do mar continental sergipano. A partir desse terminal de Atalaia Velha, o petróleo é levado aos petroleiros através de um oleoduto de 26 polegadas de diâmetro e com a exten-

são de 7.150 metros. As instalações do terminal possibilitarão, como já disse desta tribuna, o carregamento de óleo aos petroleiros à razão de 20 mil barris por hora.

Sr. Presidente, isso constitui apenas uma parte do vasto trabalho realizado atualmente pela PETROBRAS em diferentes regiões do País. Possuímos 850 mil quilômetros quadrados de plataforma continental e somente esta pequena área de Sergipe já nos proporciona perspectivas excelentes de produção. Bem sabendo que quanto mais se perfura mais se produz, a PETROBRAS não diminui seu ritmo de pesquisa, mantendo-o e até aumentando-o. Lança-se, agora, com redobrado ardor à pesquisa marítima, para isso contratando e adquirindo novas plataformas. Mais do que nunca, prossegue a PETROBRAS em suas pesquisas, em terra e no mar intensificando-as sempre mais. Em terra, as pesquisas já vão do Acre ao Rio Grande do Sul.

A seriedade e competência que caracterizam os trabalhos da PETROBRAS, que tão bem conheço, me permitem uma posição de segura fé no resultado final das pesquisas que ora são intensificadas de toda forma. Posso hoje a PETROBRAS experiência e dispõe de técnicos da maior competência, em cujo trabalho todos podemos confiar. O empenho sempre renovado do General Garrastazu Médici em apressar ao máximo nosso processo de desenvolvimento representa, também, outra garantia para a ação de nossa maior empresa, sob

a presidência do General Ernesto Geisel, cuja capacidade, patriotismo e senso de responsabilidade são conhecidos de todos nós.

Sr. Presidente, antes de concluir é preciso que note, ainda, que a firme ação da PETROBRAS não se limita aos setores a que vimos aludindo. Notório que se lançou, desde algum tempo, na distribuição, de forma agressiva e de acordo com estudos bem formulados. Sabemos, mesmo, que já é ela hoje a maior empresa distribuidora do Brasil — aspecto de atividade da PETROBRAS que, infelizmente, tem ficado um tanto despercebido, a despeito de sua profunda importância. Igualmente, sabemos que já no próximo ano ingressará a PETROBRAS no mercado de óleo lubrificante, com a mesma agressividade e competência com que o fez no setor da distribuição de combustível. Não se trata apenas do contínuo crescimento material de nossa maior empresa, pois significa isso a multiplicação de seus recursos financeiros, bem como técnicos e até mesmo científicos.

Sr. Presidente, sempre acompanhei de perto a atividade da PETROBRAS e jamais dela descrei. Muito ao contrário, sempre tive plena confiança na empresa e em seus homens. A cada dia vejo que não errei nela colocando firme confiança. Extremamente grato é para mim averiguar que minha inabalável fé na PETROBRAS se confirma e já antevejo o dia em que lograremos nos tornar auto-suficientes em petróleo — anseio de todo o povo brasileiro, cuja

realização está acertadamente confiada à PETROBRAS. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência recebeu, do Sr. Governador do Estado de Sergipe, o Ofício "S" n.º 47, de 1972 (número 1.409/72, na origem), de 20 do corrente, solicitando autorização do Senado Federal para contrair aquele Estado empréstimo externo, destinado ao financiamento parcial de projetos prioritários do Programa Rodoviário Estadual.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência recebeu do Sr. Governador do Estado do Paraná o Ofício "S" n.º 48, de 1972 (número 236/72, na origem), de 13 do corrente, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contrair operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 8.000.000.00 (oito milhões de dólares), para execução do seu Sistema de Redes Integradas de Telecomunicações.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Ordem do Dia de hoje está reservada a Trabalhos das Comissões, o mesmo ocorrendo com a sessão de amanhã.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 14 horas e 55 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

8.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 1972

Aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Osires Teixeira, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Augusto Franco, Benjamin Parah, Magalhães Pinto e Heitor Dias, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Celso Ramos, Jessé Freire e Amaral Peixoto.

É lida e, sem restrições, aprovada a Ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, comunica que passará ao exame da matéria constante da pauta concedendo a palavra ao Senhor Senador Augusto Franco.

Com a palavra, o Senhor Senador Augusto Franco, oferece parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1972 (n.º 904-B/72, na Casa de origem), que "dispõe sobre a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá ou-

tras providências", concluindo, no que compete a esta Comissão examinar, pela aprovação da proposição.

A seguir, colocado em votação, por unanimidade, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 11, de 1972 (CN), que "cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências".

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1972

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, presentes os Srs. Senadores Ruy Santos, Cattete Pinheiro, Waldemar Alcântara, João Cleofas, Arnou de Mello, Clodomir Milet, Benedito Ferreira, Antônio Fernandes e Renato Franco e os Srs. Deputados Teotônio Neto, Odulfo Domingues, Ardenal Ribas, Adhemar de Barros Filho, José Sally e Sebastião Andrade, reúne-se no

Auditório do Senado Federal, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 11, de 1972 (CN), que "cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências".

Deixam de comparecer por motivo justificado, o Sr. Senador Danton Jobim e os Srs. Deputados Tasso Andrade, Arthur Santos, Anapolino Faria, Pedro Lucena e Marcondes Gadelha.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos, comunicando aos Srs. Parlamentares integrantes da Comissão Mista o recebimento de ofícios das Lideranças da ARENA na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, propondo a substituição dos Srs. Senador Wilson Campos, Tarso Dutra e Paulo Guerra e Deputados Cláudio Leite, Januário Feitosa, Daso Coimbra, Garcia Neto, respectivamente, pelos Srs. Senadores João Cleofas, Antônio Fernandes e Renato Franco e Deputados Teotônio Neto, Odulfo Domingues, José Sally e Sebastião Andrade.

Logo após, o Sr. Relator Senador Waldemar Alcântara passa à leitura do seu parecer, favorável ao projeto e contrário às Emendas de n.ºs 1, 2, 3 e 4, oferecidas perante a Comissão.

Encerrada a leitura do parecer, passa-se à discussão. Na ocasião, fazem uso da palavra os Srs. Deputado Teotônio Neto e Senadores Arnon de Mello e Cattete Pinheiro. Encerrada a discussão, passa-se à votação do parecer. Em votação, o parecer é aprovado.

Os debates travados na presente reunião foram taquigrafados e serão publicados como partes integrantes desta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

ANEXO DA ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 1972

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Deputado Adhemar de Barros Filho

Vice-Presidente: Senador Danton Jobim

Relator: Senador Waldemar Alcântara

Integra do depoimento taquigráfico referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Adhemar de Barros Filho) — Está aberta a reunião.

A Comissão reúne-se para discutir e votar o parecer do Relator, Senador Waldemar Alcântara, sobre o Projeto de Lei n.º 11/72 que "cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências".

Nos termos do art. 130 do Regimento Interno do Senado, propomos a dispensa da leitura da ata da reunião de instalação.

Os Srs. Membros da Comissão que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Comunicamos o recebimento, pela Secretaria da Comissão, de quatro emendas, todas julgadas pertinentes pela Presidência.

Igualmente, a Comissão recebeu, dentro do prazo, ofício pedindo a substituição dos seguintes Membros: Senador Wilson Campos, pelo Senador João Cleofas; Senador Tarso Dutra, pelo Senador Antônio Fernandes; Senador Paulo Guerra, pelo Senador Renato Franco; Deputado Cláudio Leite, pelo Deputado Teotônio Neto; Deputado Januário Feitosa, pelo Deputado Adolfo Domingues; Deputado Daso Coimbra, pelo Deputado José Sally; Deputado Garcia Netto, pelo Deputado Sebastião Andrade.

Estas, as modificações havidas na constituição desta Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Waldemar Alcântara, Relator, para leitura do seu parecer.

O SR. RELATOR (Waldemar Alcântara) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, antes de ler o parecer, gostaria de lembrar que serão necessárias pequenas correções de linguagem, o que procurarei fazer antes de o projeto ir à publicação definitiva no Diário do Congresso Nacional.

É o seguinte o parecer:

O Sr. Presidente da República, com a Mensagem n.º 60, de 1972, encaminha ao Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos dos Srs. Ministros de Estado do Trabalho e Previdência Social, da Educação e Cultura, da Saúde e do Planejamento e Coordenação Geral, o Projeto de Lei n.º 11, de 1972, que "Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências".

I — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O exame do projeto de lei em pauta ensina-nos a oportunidade de fazermos algumas observações a respeito do problema nutricional brasileiro, principalmente quanto à sua importância e magnitude e quanto aos programas preventivos a serem estabelecidos com as indispensáveis prioridades.

2. O trabalho que ora submetemos à apreciação desta douta Comissão compreende 12 capítulos que se desdobram em itens e subitens. Para sua leitura contamos com a valiosa assistência do Prof. João Bosco Salomon, da UnB — Faculdade de Ciências da Saúde —, a quem desde já manifestamos o nosso melhor reconhecimento. Extremamente dedicado aos estudos da nutrição, com trabalhos e pesquisas que o credenciam como Técnico de nível internacional, o Prof. Salomon não só nos deu substancial auxílio fornecendo todos os elementos de que carecíamos e esclarecendo as nossas dúvidas, mas, por sua própria conta, redigiu os tópicos e comentou os gráficos e tabelas de maior conteúdo técnico, os quais vão transcritos no nosso relatório como parte integrante do mesmo.

3. Assim procedendo, estamos absolutamente certos que a contribuição do Prof. Salomon, de inestimável valor, será devidamente considerada quando da formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do mesmo modo que fornecerá valiosos subsídios à elaboração dos programas nutricionais a serem propostos.

4. Por outro lado, os estudiosos do problema não ficarão, assim, mais tempo privados da leitura e conhecimento de tão fecundos conceitos que informam modernamente à ciência da nutrição.

Feitas estas observações, passemos ao relatório.

II — INTRODUÇÃO

5. Em termos de saúde pública as deficiências nutricionais constituem atualmente o mais importante problema médico-social dos países tecnicamente em desenvolvimento. Sua importância como causa de morbidade e mortalidade aliada aos efeitos nocivos que produzem sobre o crescimento e desenvolvimento torna-se cada dia mais evidente à medida que se utilizam nos programas médico-preventivos os conhecimentos modernos de prevenção e terapêutica das doenças infecciosas.

6. Realmente, a aplicação dos conhecimentos modernos na prevenção das doenças transmissíveis — práticas de vacinações e imunizações — vem contribuindo para uma diminuição progressiva da mortalidade ao mesmo tempo que aumenta a sobrevida dos indivíduos nos países em desenvolvimento.

7. A persistência de índices elevados de natalidade asseguram a estes mesmos países um crescimento demográfico muito superior ao que pode suportar sua situação econômica. Considerando a taxa atual de crescimento demográfico mundial da ordem de 1,8%, dentro de 10 anos dever-se-á proporcionar alimentos a mais um bilhão de indivíduos. Mantidos estes índices de crescimento, a população mundial será duplicada no ano 2000. Na África e na América Latina que apresentam um crescimento demográfico mais alto, espera-se que tenham duplicadas suas populações já por volta de 1980.

8. Por outro lado, a produção de alimentos não vem apresentando os mesmos índices de crescimento. Tomando como base o ano de 1969, a produção mundial de alimentos para este ano foi igual à observada em 1968, muito embora a população tenha aumentado em mais 65 milhões de indivíduos.

9. A produção de alimentos nos países desenvolvidos vem aumentando de ano a ano, distanciando-se cada vez mais da quantidade de alimentos produzidos nas regiões menos privilegiadas do mundo. Como consequência, a dependência do mundo subdesenvolvido dos alimentos produzidos nas regiões mais favorecidas vem em crescendo, sendo provável que siga assim por mais tempo.

10. A velocidade com que se vem processando o crescimento demográfico mundial é bem mais intensa do que o aumento de produção de alimentos, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. Desta forma, não existe a menor probabilidade de que o envio de excedentes — mesmo em condições bastante favoráveis — impeça o agravamento da situação atual de escassez de alimentos disponíveis *per capita*. Na realidade, já se está esgotando a maior parte dos alimentos excedentes acumulados nos países desenvolvidos. A longo prazo é provável que se estabeleça um equilíbrio entre a produção de alimentos e a população. Entretanto, analisando as tendências históricas deste fenômeno em outros países, as probabilidades que isto aconteça nas próximas décadas são bastante reduzidas. Isto porque, embora reconhecendo o importante papel exercido pelas medidas preventivas aplicadas no controle das doenças infecciosas e parasitárias, a mortalidade infantil, ainda que em declínio, permanece em níveis bastante elevados quando comparada com as taxas descritas nas sociedades mais favorecidas. Sabe-se atualmente que índices de fertilidade guardam com as taxas de mortalidade infantil correlação positiva estatisticamente significativa, ou seja, altas taxas de mortalidade infantil acompanham-se sistematicamente de altos índices de fertilidade na mesma população. Estas foram as conclusões observadas por Frederiksen após a análise de 21 países com diferentes níveis de desenvolvimento demográfico e econômico, quando conclui: "... A redução nas taxas de mortalidade deve ser uma condição necessária, senão suficiente, para a redução deliberada dos índices de natalidade, seja por planificação familiar espontânea ou através de uma política populacional, independente do sistema econômico, da ideologia política ou de doutrinas religiosas". (Frederiksen, 1966.)

11. Como já foi referido, a análise histórica de populações mais favorecidas evidenciam esses fatos. A redução da mortalidade se atribui particularmente à melhoria do estado nutricional, ao aumento da produção agrícola e da estabilidade econômica, e, secundariamente, ao melhoramento das condições de saneamento dos de-

mais serviços de saúde. Atribui-se a redução da natalidade às mudanças quanto ao tamanho de famílias desejado como resultado das profundas alterações nas estruturas econômicas sociais prevalentes (Thomlison, 1965).

12. Exemplo de tais situações se encontram nos gráficos I e II para a Suécia e Japão, respectivamente. Embora variando no tempo decorrido entre os dois fenômenos considerados, mostram ser o declínio da mortalidade infantil seguido pelo declínio nos índices de natalidade. Outros exemplos poderiam ser considerados, como Porto Rico e Inglaterra, onde a mortalidade infantil teve seus valores reduzidos 20 e 15 anos, respectivamente, antes que se observasse redução semelhante nas taxas de natalidade. (Rulison, 1970.)

13. Extrapolando essas informações para nossas condições atuais de desenvolvimento, poderemos prever que muitas décadas serão necessária para que isso aconteça. Uma vez que nossas taxas de mortalidade se aproximam dos valores descritos para a Suécia no começo deste século, a menos que programas intervencionais de nutrição aplicada se associem aos destinados ao controle das doenças infecciosas existentes, assegurando a cada ser humano o direito que adquiriu no momento em que foi concebido, isto é: viver.

14. A existência de uma dieta deficiente tanto em qualidade como em quantidade vem causando sérias repercussões nas condições gerais de saúde das populações subdesenvolvidas. Seus efeitos são mais dramáticos nos setores considerado vulneráveis, ou seja, naqueles indivíduos que, por exigências fisiológicas, demandam maiores quantidades de nutrientes proporcionalmente a seu desenvolvimento orgânico, tais como: crianças menores de 7 anos, e mulheres durante o período da maternidade e na lactação.

15. As consequências de um pobre estado nutricional são bem mais grave do que se pode prever pelo exame das taxas de mortalidade. Aqueles que conseguem sobreviver neste ambiente hostil caracterizam-se por um evidente atraso no crescimento físico que os situam em condições bastante inferiores quando comparados com indivíduos da mesma idade das regiões desenvolvidas. O que é mais importante, estudos recentes demonstram que, aliado a este deficiente crescimento físico, observa-se também uma redução proporcional no desenvolvimento mental, na capacidade de aprendizagem e na conduta social. As deficiências nutricionais que se observam atualmente nos países em desenvolvimento estão comprometendo o futuro de alguns milhões de indivíduos do mundo moderno, cujas repercussões já ultrapassaram os limites nacionais para tornar-se uma preocupação internacional. É o que vemos no relatório do Comitê Assessor para a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas, considerando a distribuição de alimentos como o mais importante problema a ser enfrentado pelos países em desenvolvimento até o final do Século XX.

GRÁFICO I

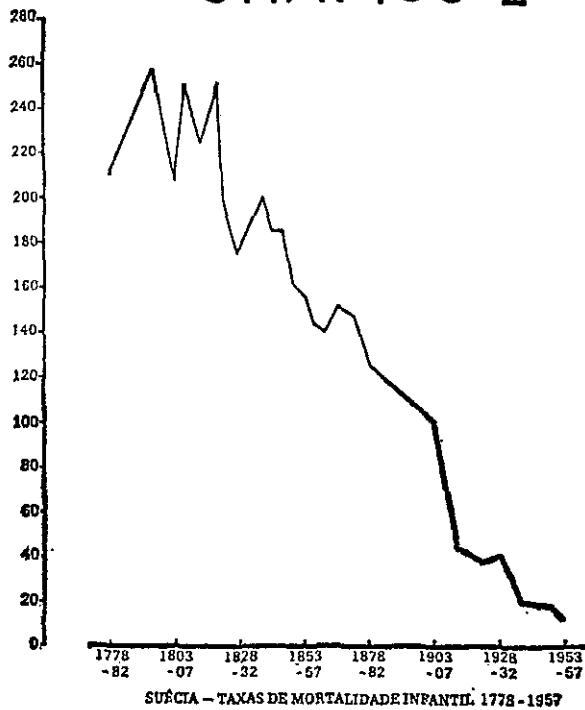
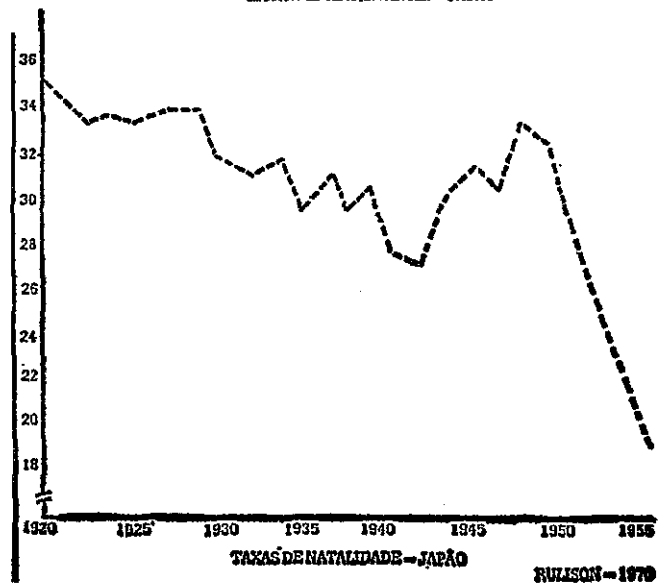
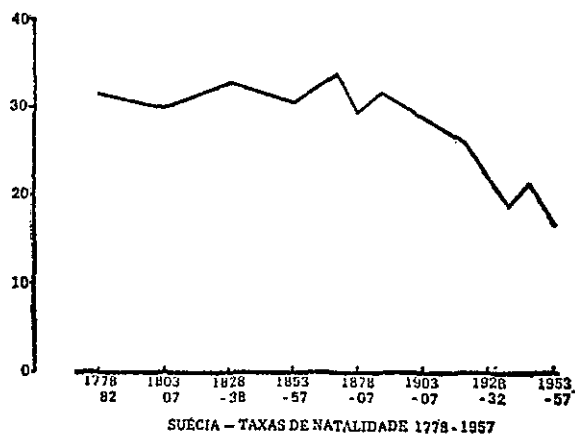
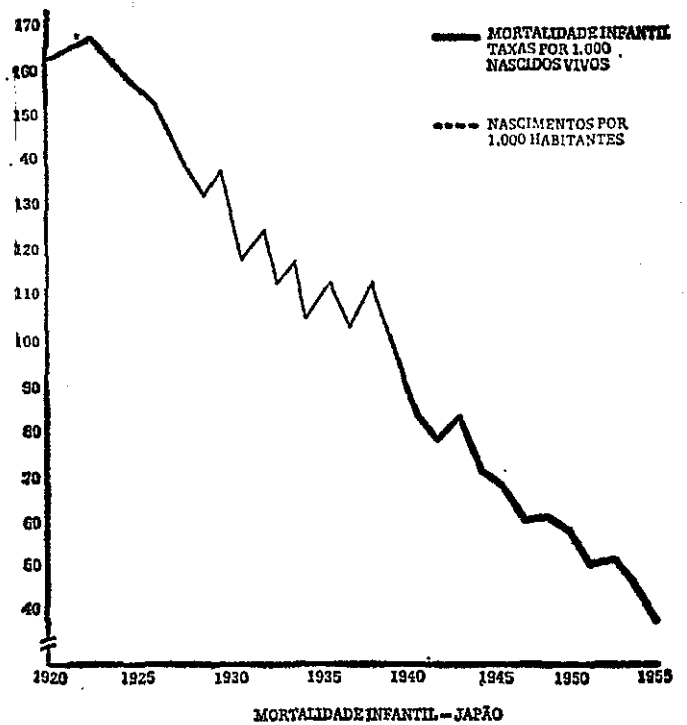


GRÁFICO II



16. Consciente de sua responsabilidade frente a problema de tal magnitude, o Governo Brasileiro vem-se organizando progressivamente, armando os lances estratégicos dentro de um esquema lógico que seria capaz de suportar um programa de tal complexidade como é o controle da má-nutrição em nosso país. Neste esquema os seguintes princípios foram considerados:

16.1 Ainda que em última instância o que conduz a um estado nutricional deficiente seja a diminuição ou ausência de um dado nutriente essencial ao metabolismo celular, as causas primárias desta condição patológica se situam no ambiente, muito antes que o ser humano possa ter sido afetado.

16.2 Em se iniciando no ambiente, este processo segue uma série de eventos que se organizam e se sucedem numa cadeia de complexidade crescente até alcançar o ser humano, quando seus efeitos podem produzir a doença o defeito, a incapacidade ou mesmo a morte. Esta cadeia de eventos que se sucedem no tempo em complexidade crescente, repetimos, consiste na história natural da má-nutrição do ser humano. O conhecimento preciso das etapas que constituem a história natural deste fenômeno é fundamental na estratégia de seu controle, uma vez que assim procedendo poderemos determinar quais os pontos vulneráveis passíveis de aplicação de medidas corretivas e eficazes.

17. Face a estas considerações, a má-nutrição deixou de ser resultado de uma causa única para se tornar um fenômeno dependente de fatores múltiplos derivados tanto do ser humano, hospedeiro das manifestações patológicas, como também do ambiente nos seus aspectos físicos, biológicos ou sócio-econômicos.

18. Com esta abordagem ecológica, a MPC passou a significar o grau de adaptação apresentado pelo ser humano frente às circunstâncias existentes em seu ambiente natural. Seu controle será mais racional se ao lado de medidas intervencionais dirigidas diretamente ao ser humano existirem também outras destinadas à correção dos fatores ambientais adversos. Segundo a estratégia atual, medidas destinadas à melhoria ambiental constituíram-se na maior preocupação até o presente. O ambiente físico sofreu profundas modificações: novas estradas foram abertas, criando condições para o escoamento dos alimentos das regiões produtoras para os centros de consumo. Programas de irrigação surgiram, aumentando as perspectivas de produção de áreas antes caracterizadas como de baixa fertilidade. O PRODOESTE e a TRANSAMAZÔNICA ilustram a preocupação da atual administração em criar condições de ambiente físico que possam resultar em maiores disponibilidades de nutrientes à população brasileira.

19. Considerando que fatores biológicos hostis, presentes no ambiente, são condições importantes que afetam tanto a produção de alimentos como precipitam a má-nutrição, medidas destinadas ao seu controle estão sendo implementadas cada dia com mais intensidade. Pro-

gramas de extensão rural procuram transmitir ao produtor os conhecimentos básicos das técnicas modernas que conduzem à maior produção. Atualmente, 2.202 Municípios brasileiros estão cobertos por programas de **extensão rural** através da ABCAR. Sistemas de créditos agrícolas vêm financiando estes programas.

20. A alta incidência e prevalência das doenças transmissíveis são condições que predispõem ou mesmo precipitam a má-nutrição no ser humano, particularmente por incidir nas etapas críticas com maior intensidade, como vemos nos gráficos III e IV. Na verdade, a associação da MPC e das doenças infecciosas atuando simultaneamente no mesmo indivíduo é bem mais que aditiva. Suas ações são sinérgicas, no sentido de que a má-nutrição diminui as resistências do hospedeiro tornando-o mais vulnerável à agressão dos agentes infecciosos e estes, por sua vez, exigem de um indivíduo mal nutrido maiores quantidades de nutrientes (Salomon, 1966). O resultado desta ação sinérgica entre estes dois fatores são traduzidos nas altas taxas de morbidade, bem como na mortalidade dos grupos mais jovens.

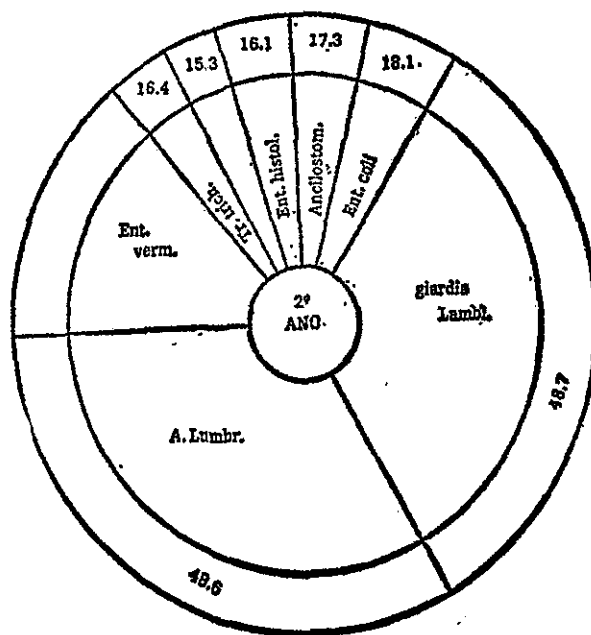
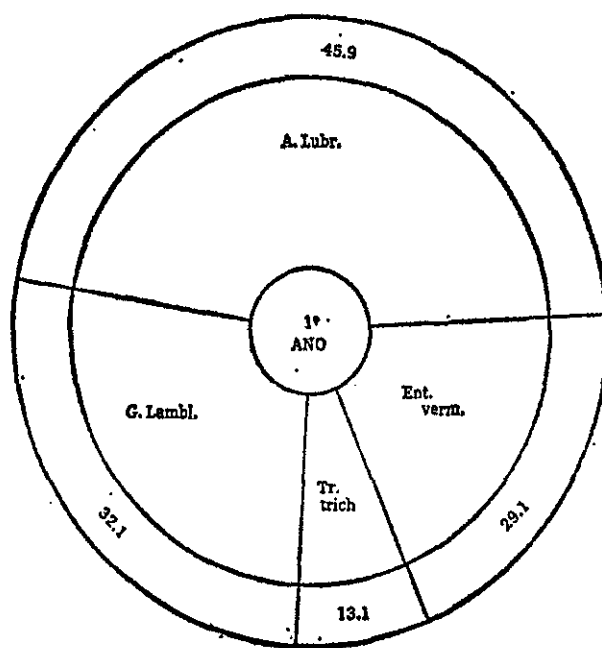
21. Portanto, uma das condições fundamentais para a obtenção de um estado nutricional satisfatório, consiste em medidas destinadas ao controle das doenças infecciosas e parasitárias, objetivando a redução das perdas de nutrientes essenciais que sofre o organismo quando vítima de enfermidades desta natureza. Neste particular, registramos a ação do governo atuando em campanhas de vacinações, prevenindo algumas doenças passíveis de medidas desta natureza, promovendo o saneamento ambiental, o abastecimento d'água nos domicílios e a melhoria habitacional (BNH).

22. Embora reconhecendo que ainda falta muito para alcançarmos a situação ideal, o primeiro passo já foi dado e novos programas serão implantados em futuro próximo. Todas essas medidas se destinam a controlar os fatores do ambiente físico e biológico cujas ações poderiam proporcionar as condições ideais para o aparecimento das deficiências nutricionais.

23. Resta ainda o controle dos fatores sócio-econômicos do meio ambiente. Doenças nutricionais também resultam do baixo poder aquisitivo das famílias, do analfabetismo, das oportunidades reduzidas de educação formal. Também neste particular já se faz notar a presença da administração superior brasileira. O combate ao analfabetismo é uma das campanhas mais importantes do atual Governo que, atuando através do MOBRAF alcançou milhares de brasileiros nos diferentes estados. Com relação à educação formal, o número de novas matrículas cresce ano a ano, no ensino primário, como no ensino médio ou superior, sendo que os gastos com a educação representam a **maior proporção** do orçamento da União. O Plano de Integração Social (PIS) apareceu como solução para a melhor distribuição das rendas, destinado a aumentar o poder aquisitivo das famílias que ainda não se tinham beneficiado dos progressos conseguidos em nosso desenvolvimento social.

GRÁFICO III

C.I.A.M.I. ; PREVALÊNCIA DE PARASITOS INTestinaIS EM 400 CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DE IDADE

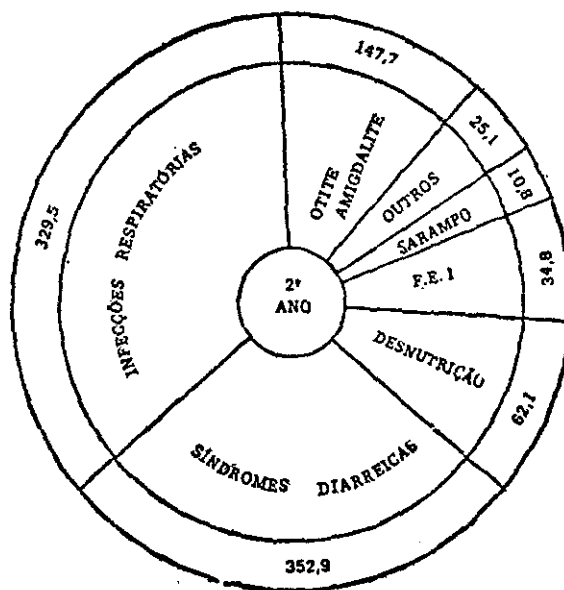
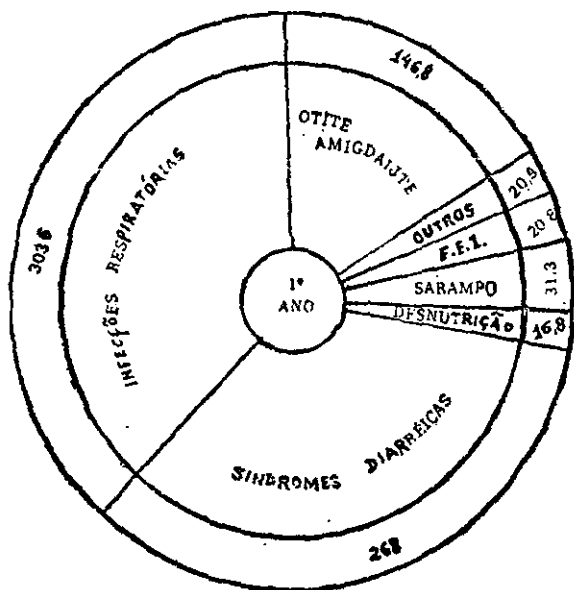


OBS: números indicam casos por 100 indivíduos por ano
UnB 1971

GRÁFICO IV

C.I.A.M.T

MORBIDADE NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE VIDA - Sobradinho 69-70



24. Vimos assim de forma bastante resumida que a primeira preocupação do atual Governo foi criar uma infra-estrutura especificamente destinada a controlar os fatores ambientais.

25. Seguindo a história natural da má nutrição no ser humano, a próxima etapa seria a definição das medidas a serem tomadas em programas de intervenção nutricional diretamente dirigidos aos grupos vulneráveis, onde a má nutrição atua de forma mais dramática: mulheres durante os períodos da gestação e da lactação, crianças menores de 1 ano e pré-escolares.

26. Apesar da grande preocupação e da alta prioridade que estes grupos sempre receberam nos programas de saúde pública a despeito das substanciais somas postas à disposição destes serviços, ainda existem sérias lacunas nestes programas. Essas lacunas aparecem como consequência da fragmentação dos serviços existentes, da inadequação dos sistemas de distribuição de saúde e das altas taxas de urbanização que atualmente presenciamos, com todas as implicações delas decorrentes. Os programas de nutrição limitavam-se à suplementação dietética e educação nutricional em alguns aspectos, sem grandes preocupações na avaliação de seus resultados na melhoria do estado nutricional. Para tanto contamos com ajuda externa, recebendo substanciais quantidades de alimentos de outros países, nem sempre adaptados aos hábitos nutricionais da nossa população e que eram distribuídos das formas as mais diversas. Com estes programas se admitia que o problema da má nutrição seria resolvido à medida que melhorassem os níveis de desenvolvimento do país, bastando a proteção dos grupos vulneráveis, através da provisão de uma quantidade adicional de alimentos a alguns membros da comunidade. O reconhecimento de que a MPC é a causa e não o produto do subdesenvolvimento determinou uma mudança radical na sistemática do seu controle. A primeira necessidade que se apresenta é a reunião dos recursos existentes, procurando-se novos métodos que propiciem melhores níveis de atenção à saúde dos grupos críticos.

27. Dentro dessa nova concepção aparece o Instituto Nacional de Alimentação e nutrição (INAN) como órgão destinado a assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, inclusive quanto à educação nutricional. A criação do INAN representa mais uma etapa no esquema estratégico destinado ao combate da má nutrição, agora com medidas diretamente orientadas aos grupos vulneráveis. Caberá ao INAN a elaboração de programas de intervenção nutricional direta, seja sobre os alimentos, seja através de sistemas mais racionais de distribuição que possam ir ao encontro dos grupos mais suscetíveis à agressão consequente à falta de nutrientes. Estas são as atividades que estarão incluídas no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) que deverá ser a representação operacional da abordagem ecológica, de caráter multidisciplinar que agora se pretende imprimir no controle da má nutrição.

28. No contexto do sistema de desenvolvimento econômico-social, os programas de intervenção nutricional direta devem obedecer a um planejamento lógico, utili-

zando metodologia ordenada. Caberá ao INAN a avaliação sistemática desses programas, através de uma análise criteriosa de custo/benefício, propondo a revisão de seus programas quando isto se demonstrar necessário. Em assim procedendo, os parâmetros utilizados como critérios de avaliação devem ser bem mais complexos que a simples estimativa do número de gramas de um dado alimento distribuído *per capita*, uma vez que esperamos dos seus programas de intervenção direta o surgimento de condições para que cada indivíduo possa demonstrar ao máximo todo o seu potencial de funcionamento orgânico, tanto físico como mental, geneticamente predeterminado.

29. Se atentarmos para o fato de que atualmente vivemos um período caracterizado por intensas inovações tecnológicas, onde cada dia somos solicitados a utilizar conhecimentos complexos, cuja compreensão exige métodos e técnicas novas, pequenos desvios do desenvolvimento mental podem representar sérios obstáculos ao nosso desenvolvimento sócio-cultural. Cresce assim a importância dos programas nutricionais na prática de saúde pública, uma vez que são orientados para proteção do ser humano nos momentos onde é mais rápida a velocidade do desenvolvimento dos sistema nervoso central.

III — PROBLEMAS NUTRICIONAIS PRIORITÁRIOS

30. A dificuldade inicial que poderemos prever na elaboração do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (PRONAN), que será a primeira grande tarefa do INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, está na definição e identificação das doenças nutricionais que irão merecer tratamento prioritário. Realmente existem mais de 30 doenças, a maioria delas carenciais, em que a nutrição desempenha um papel importante como causa direta ou contribuinte.

31. É neste particular que gostaríamos de emprestar nossa colaboração, não como especialistas na ciência da nutrição, mas como nordestino que, em sendo médico, enfrentou a MPC na prática diária da medicina e, em sendo homem, chorou a morte de seus irmãos ainda bem jovens.

32. Das 30 doenças nutricionais mais conhecidas algumas apresentam ampla distribuição, sendo encontradas nos mais distintos pontos do território nacional; outras, frequentemente fatais, são extremamente raras, não consistindo problema de maior preocupação em termos de saúde pública. Ainda existe um terceiro grupo formado por deficiências específicas de certos nutrientes essenciais cujo interesse é mais científico ou acadêmico. Concentrando-nos naquelas de maior interesse em termos de saúde coletiva, poderemos dividi-las segundo sua distribuição geográfica nos seguintes grupos:

32.1 Deficiências nutricionais comuns em todas as regiões brasileiras: a Má-nutrição Calórico-Protéica, as Anemias Nutricionais e a Cárie Dental;

32.2 Deficiências nutricionais limitadas a certos grupos de população: Bócio Endêmico, Avitaminose A e Arriboflavínose;

32.3 Deficiências nutricionais circunscritas a certos grupos específicos: Pelagra, Beribéri, Raquitismo e Escorbuto.

33. Destes três grupos de doenças têm prioridade especial:

33.1 **Má-Nutrição Protéico-Calórica (MPC)**, devido à sua elevada endemicidade, sua contribuição às altas taxas de mortalidade e, o que é mais importante, em virtude dos efeitos que produz de forma irreversível no crescimento físico e no desenvolvimento mental.

33.2 **Avitaminose A (Xeroftalmia)**, devido à sua forte contribuição à mortalidade de crianças mal nutridas; sua ampla distribuição; seus efeitos dramáticos e irreversíveis (cegueira) e graças à existência de medidas preventivas simples e de fácil aplicação nos programas intervencionais de nutrição.

33.3 **Anemias Nutricionais**, devido à sua ampla prevalência no país; sua importância como fator conconente à morbidade por doenças infecciosas e à mortalidade por um grande número de outras causas; suas repercussões sobre a capacidade de trabalho.

33.4 **Bócio Endêmico**, ainda com grande ocorrência em nossa população e pela existência de medidas preventivas simples e eficazes já em andamento nos programas médico-sociais existentes.

34. Em algumas situações outros problemas nutricionais podem vir a se tornar importantes, como o Beribéri, a Pelagra, o Raquitismo, porém, em termos nacionais não deverão constituir preocupações maiores. Nas áreas mais industrializadas, ou com maior nível de renda per capita, a Obesidade, por exemplo, é a forma mais comum resultante de uma dieta não equilibrada. Porém, frente à magnitude com que os problemas antes referidos se manifestam, não poderá estar incluída na escala de prioridade dos programas nacionais.

Seria impossível discutir neste relatório todos os problemas nutricionais detalhadamente. Limitaremos assim nossa discussão à Má-nutrição Protéico-Calórica, considerando as importantes implicações que têm sobre o desenvolvimento social.

IV — MAGNITUDE DA DEFICIÊNCIA PROTÉICO-CALÓRICA NO BRASIL

35. A extensão da deficiência em calorias e proteínas nas diferentes regiões brasileiras pode ser estimada aceitando-se como referência as recomendações estabelecidas pela Organização de Agricultura e Alimentação (FAO), que fixa em 2.450 calorias o consumo médio diário per capita e 55 gramas o equivalente para proteínas. As tabelas I a XII resumem os dados registrados nos estudos da Fundação Getúlio Vargas em diferentes regiões, separadamente, nas áreas urbanas e rurais. O que primeiro se nota examinando estes resultados é a íntima associação entre o consumo calórico e os níveis médios de renda familiar. Os resultados são constantes em cada uma das regiões, sendo os níveis de ingestão calórica tanto mais baixos quanto menor a renda familiar. Resultado similar se encontra em relação às proteínas, verificando-se um acréscimo no consumo médio protéico diário à proporção que aumentam os níveis de renda familiar. Nas famílias situadas nas classes economicamente inferiores a maior proporção das proteínas consumidas diariamente deriva de fontes vegetais e à medida que aumenta o nível de renda, cresce também a proporção de proteínas de origem animal, a tal ponto que nos limites superiores de renda mensal seu consumo alcança 50% ou mais do total protéico ingerido diariamente. Estes fatos enfatiza a importância dos fatores sócio-econômicos do ambiente na etiologia da má-nutrição protéico-calórica. Resultado até certo ponto surpreendente é a predominância de consumo mais baixo na população urbana quando comparada à rural.

36. Outro fato não menos surpreendente é a predominância da deficiência calórica sobre a deficiência protéica em todas as regiões, urbanas ou rurais. Se considerarmos somente o consumo médio per capita, poderemos

TABELA

BRASIL URBANO E RURAL

CONSUMO DIÁRIO DE CALORIAS E PROTEÍNAS PER CAPITA SEGUNDO NÍVEL DE RENDA

NUTRIENTES	RENDA ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500-+	TOTAL
CALORIAS	1755	2242	2291	2505	2649	2751	3536	3333	4015	2640
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	43,3	54,2	61,0	68,3	76,3	73,8	101,4	107,3	129,2	77,0
ANIMAL	9,9	9,7	10,6	10,9	11,5	12,2	11,5	10,7	12,9	11,7
% PROT. ANIMAL	27,0	31,2	33,9	34,8	39,3	33,4	44,4	47,8	50,8	39,1
Nº DE FAMÍLIAS	428	832	1462	1239	1449	1628	902	789	213	8642

TABELA II

BRASIL URBANO

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO NÍVEL DE RENDA

NUTRIENTES	REDA ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1315	1639	1937	2134	2319	2704	2955	3383	3754	2428
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	35,6	43,3	54,8	62,7	71,1	95,2	96,1	112,3	127,4	74,0
ANIMAL	10,5	11,9	18,3	22,9	28,2	35,2	44,9	57,9	72,3	30,7
% PROT. ANIMAL	29,5	27,5	33,4	36,5	39,7	36,7	46,7	51,6	56,7	41,5
Nº DE FAMÍLIAS	291	395	1138	995	1204	1352	782	660	170	6985

TABELA III

BRASIL RURAL

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO NÍVEL DE RENDA

NUTRIENTES	REDA ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1755	2242	2291	2505	2649	2751	3536	3333	4015	2640
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	50,0	63,4	66,3	70,4	81,3	85,1	105,6	102,3	130,9	78,2
ANIMAL	13,2	20,9	22,5	24,1	32,5	33,1	45,0	44,5	60,4	29,7
% PROT. ANIMAL	26,4	32,9	33,9	34,2	39,9	38,9	42,6	43,5	46,1	37,5
Nº DE FAMÍLIAS	487	493	1183	902	920	1041	467	487	159	6138

TABELA IV

BRASIL NORDESTE - ÁREA URBANA

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO NÍVEL DE RENDA

NUTRIENTES	RENDA ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1237	1497	1997	2322	2415	2863	3310	4040	4288	2309
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	36	46	64	80	84	98	114	141	148	77
ANIMAL	11	16	26	37	35	47	53	87	84	35
% PROT. ANIMAL	30,7	34,8	40,6	46,3	41,7	47,9	46,5	61,7	56,7	45,5
Nº DE FAMÍLIAS	135	208	392	266	209	166	72	62	9	1519

TABELA V

BRASIL NORDESTE - ÁREA RURAL

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO NÍVEL DE RENDA

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1502	1812	2135	1821	2282	2374	3382	2866	2900	2145
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	52	55	68	58	79	82	114	100	88	71
ANIMAL	17	21	26	24	32	36	51	46	43	29
% PROT. ANIMAL	32,7	38,2	38,2	41,4	40,5	43,9	44,7	46,0	48,9	40,8
Nº DE FAMÍLIAS	374	300	536	277	217	240	102	60	9	2117

TABELA VI
BRASIL NORDESTE — ÁREA URBANA E RURAL
CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO NÍVEL DE RENDA

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1407	1687	2100	2002	2349	2531	3309	3287	3548	2207
PROTEÍNAS (g)										
TOTAL	48,0	52,0	67,0	66,0	81,0	87,0	115,0	118,0	108,0	73,0
ANIMAL	15,0	20,0	26,0	29,0	33,0	40,0	52,0	61,0	57,0	31,0
% PROT. ANIMAL	32,6	38,5	38,8	43,9	40,7	45,9	45,2	51,7	52,8	42,5
Nº DE FAMÍLIAS	456	551	1023	647	509	441	189	149	23	3986

TABELA VII
BRASIL ESTE — ÁREA URBANA
CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO INGRESSO ANUAL EM CRUZEIROS

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1184	1531	1876	2091	2225	2630	2824	3273	3750	2399
PROTEÍNAS (g)										
TOTAL	32,0	40,0	53,0	62,0	67,0	84,0	93,0	108,0	136,0	75,0
ANIMAL	10,0	11,0	19,0	24,0	27,0	38,0	45,0	57,0	77,0	33,0
% PROT. ANIMAL	31,2	27,5	35,8	38,7	40,3	45,2	48,4	52,8	56,6	44,0
Nº DE FAMÍLIAS	120	136	436	358	424	518	294	237	55	2577

TABELA VIII
BRASIL ESTE — ÁREA RURAL
CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO INGRESSO ANUAL EM CRUZEIROS

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500- +	TOTAL
CALORIAS	1425	2104	2212	2721	2674	2921	3058	3042	4103	2769
PROTEÍNAS (g)										
TOTAL	35,0	56,0	88,0	71,0	67,0	79,0	80,0	80,0	126,0	73,0
ANIMAL	8,0	16,0	17,0	18,0	23,0	23,0	28,0	31,0	39,0	23,0
% PROT. ANIMAL	22,8	28,6	29,3	25,3	34,3	29,1	35,0	38,7	30,9	31,5
Nº DE FAMÍLIAS	126	175	364	274	234	252	157	207	54	1842

TABELA IX

BRASIL ESTE - ÁREA URBANA E RURAL

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO INGRESSO ANUAL EM CRUZEIROS

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500-+	TOTAL
CALORIAS	1321	1829	2050	2418	2457	2788	2929	3157	3891	2575
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	33,0	49,0	55,0	66,0	68,0	82,0	85,0	84,0	129,0	73,0
ANIMAL	9,0	14,0	18,0	31,0	26,0	30,0	35,0	43,0	67,0	28,0
% PROT. ANIMAL	27,3	28,6	32,7	31,8	38,2	36,6	41,2	45,7	44,2	38,3
Nº DE FAMÍLIAS	246	289	867	708	808	976	578	474	111	5037

TABELA X

BRASIL SUL - ÁREAS URBANAS E RURAL

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO INGRESSO ANUAL EM CRUZEIROS

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500-+	TOTAL
CALORIAS	1928	2308	2248	2437	2703	2747	3283	3601	4024	2771
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	51	62	63	69	81	83	96	101	127	83
ANIMAL	12	18	19	23	32	32	46	49	70	32
% PROT. ANIMAL	23,5	29,0	30,1	33,3	39,5	38,5	47,9	48,5	55,1	38,5
Nº DE FAMÍLIAS	106	159	652	714	1005	1134	643	587	187	3189

TABELA XI

BRASIL SUL - ÁREA URBANA

CONSUMO DIÁRIO PER CAPITA DE CALORIAS E PROTEÍNAS SEGUNDO INGRESSO ANUAL EM CRUZEIROS

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500-+	TOTAL
CALORIAS	1485	1735	1967	2048	2361	2473	2782	3085	3168	2498
PROTEÍNAS(g)										
TOTAL	37	44	51	54	66	70	84	94	110	71
ANIMAL	9	10	13	16	23	24	36	43	57	27
% PROT. ANIMAL	24,3	29,4	25,5	29,6	34,8	34,3	42,8	45,7	51,8	38,0
Nº DE FAMÍLIAS	41	74	327	383	578	645	404	358	107	2914

TABELA XII
BRASIL SUL - ÁREA RURAL

CONSUMO CALÓRICO E PROTEICO PER CAPITA (DIÁRIO) SEGUNDO INGRESSO ANUAL EM CRUZEIROS

NUTRIENTES	SALÁRIO ANUAL EM CRUZEIROS									TOTAL
	-100	100-149	150-249	250-349	350-499	500-799	800-1199	1200-2499	2500 +	
CALORIAS	2383	2894	2498	2862	2975	2998	3777	4128	4773	3058
PROTEÍNAS (g)										
TOTAL	65	81	72	86	98	95	123	126	166	95
ANIMAL	16	26	23	30	43	39	55	58	84	38
% PROT. ANIMAL	24,6	32,1	31,4	34,9	43,9	41,1	44,7	44,4	50,6	40,0
Nº DE FAMÍLIAS	76	91	330	315	373	432	175	183	71	2045

mascarar certas nuances ligadas aos hábitos dietéticos predominantes em nosso meio. Com efeito, sabemos que os alimentos não se distribuem uniformemente para todos os membros da família. De um modo geral, a maior ração é dada aos indivíduos que mais contribuem para a renda familiar, cabendo as menores quotas àqueles que mais delas necessitam, como os infantes e as crianças em idade pré-escolar.

37. Informações sobre os padrões dietéticos dos grupos vulneráveis são bastante reduzidas em nosso País. Os estudos existentes se limitam à região Nordeste cujos resultados analisaremos neste documento. O gráfico V ilustra a dieta consumida por crianças menores de dois anos de idade, onde o consumo médio de alguns dos nutrientes essenciais são dados em termos de percentagem das recomendações diárias. Estes resultados demonstram de forma dramática que, com exceção de Vitamina B2, o consumo médio diário de nutrientes nestas crianças não alcança a 75% das quantidades recomendadas. Para alguns nutrientes, como a Vitamina A e o Ferro, o consumo médio diário não chega sequer a 25% das recomendações. Mesmo nesta situação de grave insuficiência dietética, podemos notar que as quantidades calóricas consumidas diariamente são inferiores ao consumo proleico. Os resultados indicam que em todas as três sub-regiões consideradas — Litoral, Mata e Agreste — o fenômeno se repete com intensidade semelhante, como vemos na tabela XIII.

O gráfico VI mostra o consumo de nutrientes pelas mulheres durante o período da maternidade, expressados sempre em termos de percentagem dos diferentes nutrientes consumidos em relação às recomendações diárias. Aqui o fato se repete com a mesma gravidade que anteriormente; nutriente algum dentre os considerados neste estudo, é consumido nas proporções recomendadas. Apenas 3 dos 9 componentes considerados são ingeridos em níveis superiores a 75% das recomendações. A Vitamina A aparece como o nutriente de consumo mais baixo.

38. Em síntese, a predominância da deficiência calórica sobre a protéica estaria indicando que os alimentos

GRÁFICO V

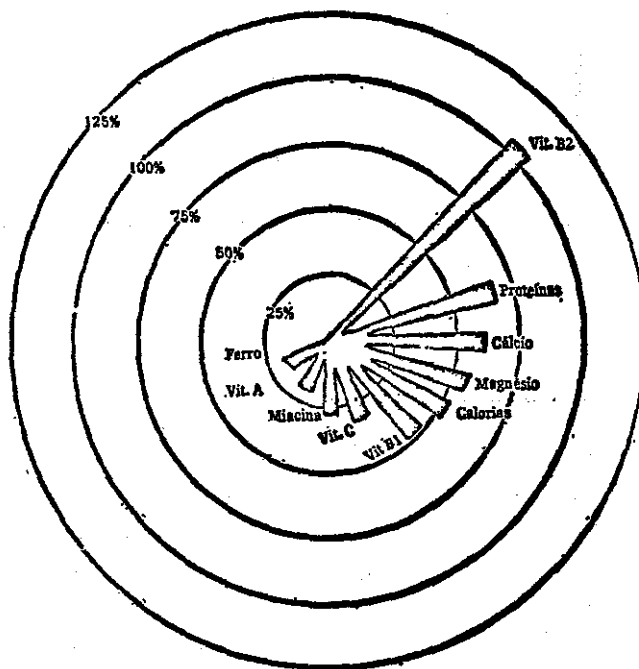


Fig. I NORDESTE - DIETA DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS
CONSUMO MÉDIO DIÁRIO DE NUTRIENTES
EM % DAS RECOMENDAÇÕES

ICRD-1968

TABELA XIII

NORDESTE BRASILEIRO - CONSUMO DE NUTRIENTES ESSENCIAIS
CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS
NAS DIFERENTES REGIÕES

Nº DE CRIANÇAS	LITORAL 67	MATA 55	AGRESTE 48	NORDESTE (MÉDIA) 170
Calorias	557	627	523	570
Proteínas - Total (g)	15,8	19,8	14,9	16,9
Proteínas - Animal (g)	13,2	12,2	3,0	10,2
Gorduras (g)	8,3	13,0	7,8	9,7
Hidratos de Carbono (g)	106,8	109,7	99,5	105,7
Cálcio (mg)	441	637	480	515
Fósforo (mg)	370	535	423	438
Ferro (mg)	2,8	3,8	2,4	3,0
Magnésio (mg)	80	93	75	83
Vit. A (mg)	182	119	93	137
Tiamina (mg)	0,18	0,25	0,17	0,20
Riboflavina (mg)	0,60	0,79	0,63	0,67
Niacina (mg)	1,80	2,20	1,50	1,80
Vit. C	14	9	9,00	11

ICNND - 1965

GRÁFICO VI

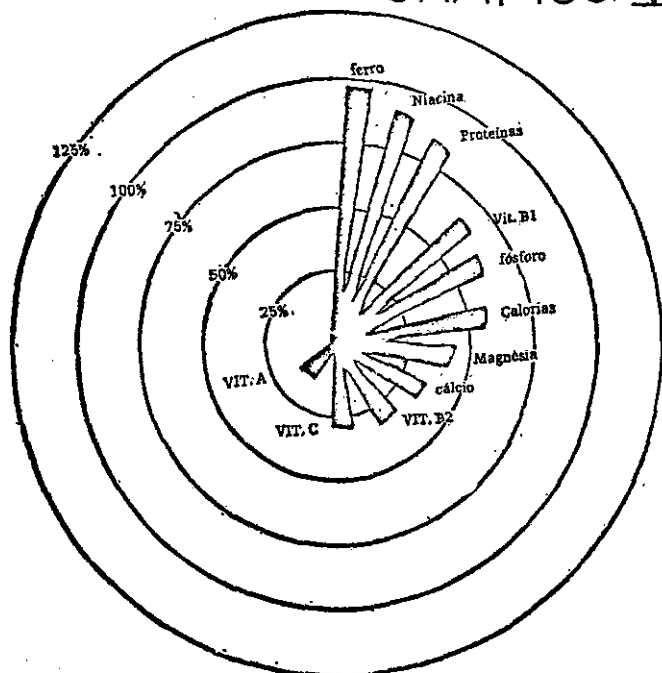


Fig. VI NORDESTE: DIETA DE GESTANTES
CONSUMO MÉDIO DIÁRIO DE
NUTRIENTES EM % DAS
RECOMENDAÇÕES

ICNND - 1965

consumidos por essas famílias são insuficientes tanto em qualidade como em quantidade. Os indivíduos mais atingidos pela escassez de alimentos são os que mais deles necessitam para atender as demandas fisiológicas de seu desenvolvimento.

39. A análise da história de um caso dentre os inúmeros que ocorrem em nosso País revela os efeitos maléficos da má nutrição proteico-calórica no ser humano. O gráfico VII refere-se a um destes casos mais ou menos típicos:

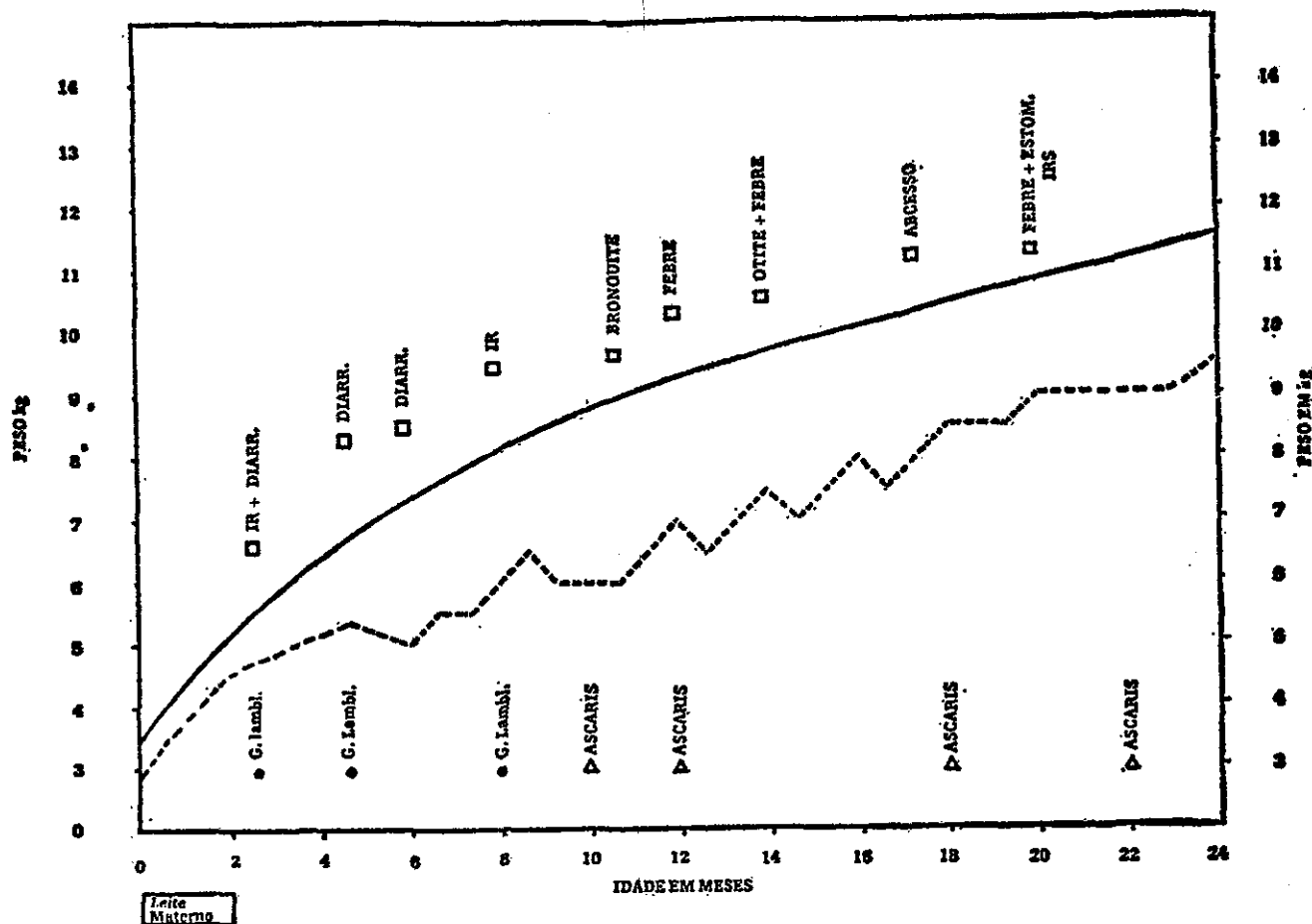
Ao nascer, esta criança já apresenta um peso inferior ao observado nos recém-nascidos de áreas economicamente desenvolvidas. Alimentada com o leite materno segue um crescimento regular até ao redor do terceiro mês de vida. Nesta época enfrenta o seu primeiro momento crítico. A partir daí o leite materno, como alimento único e exclusivo, já não basta para sustentar a velocidade de crescimento que vinha mantendo de forma bastante regular. A proteção natural que possuía, recebida naturalmente dos anticorpos maternos na vida intra-uterina, está em franco declínio ao redor do terceiro mês de idade. Um episódio de enfermidade respiratória associado a um quadro diarreico marca seu primeiro contato com este ambiente de precárias condições sanitárias. O ritmo de seu crescimento físico se modifica, reduzindo-se e distanciando-se dos padrões descritos para crianças melhor nutridas. Submetido a uma dieta deficiente incapaz de lhe garantir a menor proteção à agressão dos agentes infecciosos, esta criança vem progredindo lentamente, marcado por ocorrências constantes de doenças infecciosas e parasitárias que se repetem com intervalos reduzidos. A presença de um tratamento médico oportuno garantiu-lhe a sobrevivência, mas a falta de programas intervencionistas de nutrição não lhe permitiu um padrão de crescimento dentro dos níveis considerados ótimos.

GRÁFICO VII

Fig. III:

CRESCIMENTO EM PESO E DOENÇAS INFECCIOSAS

EM UMA CRIANÇA DE ÁREA RURAL



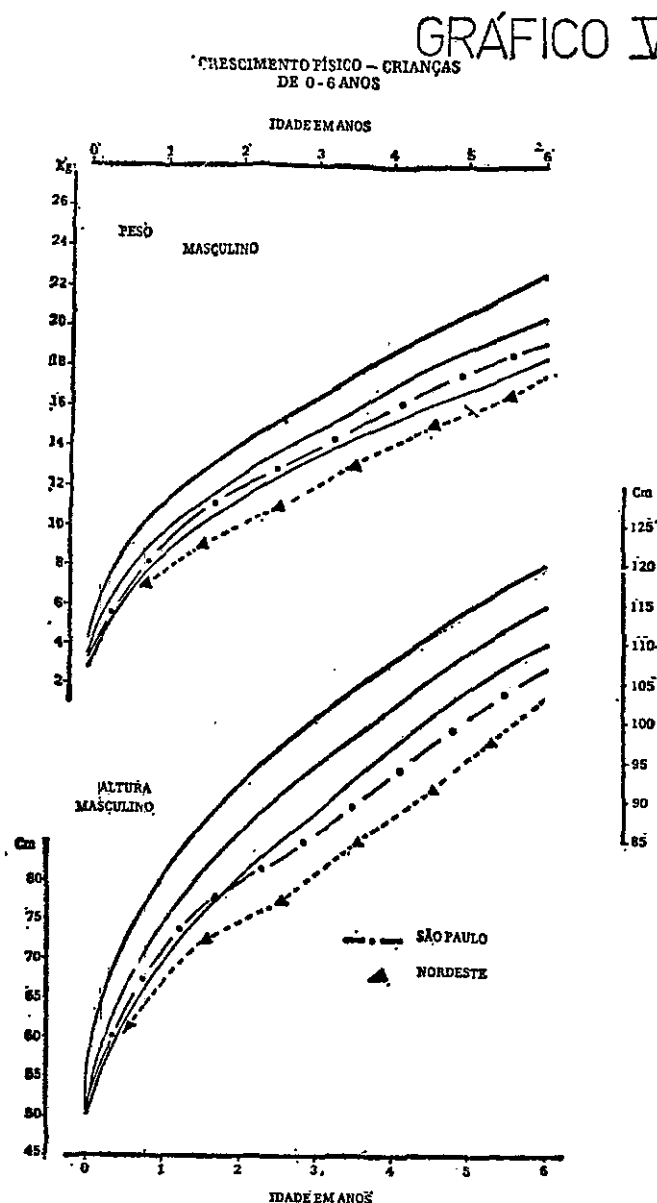
40. Este caso exemplifica o sinergismo das ações da má nutrição e doenças infecciosas atuando em um mesmo indivíduo. A má nutrição diminuindo a resistência do hospedeiro, tornando-o mais vulnerável à agressão dos agentes infecciosos e estes, por sua vez, espoliando o organismo e exigindo de um indivíduo mal nutrido maiores quantidades de nutrientes. O resultado desta ação sinérgica se traduz no atraso do desenvolvimento físico naqueles que têm a sorte de sobreviver neste ambiente hostil. Um grande número deles falece antes de completar o primeiro ano de vida, ou não sobreviverá na idade pré-escolar.

V — EFEITOS TARDIOS DA MÁ NUTRIÇÃO PROTEICO-CALÓRICA

41. Um dos aspectos mais importantes que fazem com que a má nutrição proteico-calórica seja motivo de especial preocupação nos programas de saúde está na compreensão dos graves efeitos, às vezes, irreversíveis que produz tardiamente nos indivíduos atingidos. O atraso

no crescimento físico é a observação mais freqüente nas áreas onde a má nutrição é endêmica. Comparando o crescimento físico de crianças do Nordeste e do Estado de São Paulo com as normas descritas para crianças das mesmas idades nos Estados Unidos, poderemos apreciar a magnitude dessa diferença no gráfico VIII.

42. Durante os primeiros meses de vida, o leite materno é suficiente como alimento único e ainda existe certa proteção imunitária contra as infecções. O crescimento físico, tanto em peso como em altura, segue uma velocidade mais ou menos constante, embora as crianças do Nordeste apresentem níveis inferiores. Em seguida, começam a aparecer as diferenças principais. Enquanto que o crescimento em altura vai progressivamente perdendo o ritmo de desenvolvimento previamente estabelecido, o crescimento em peso vai progressivamente perdendo velocidade até que ao redor do 2.º ano de vida se iguala aos limites inferiores do padrão norte-americano. A partir deste momento a velocidade de crescimento reduz-se



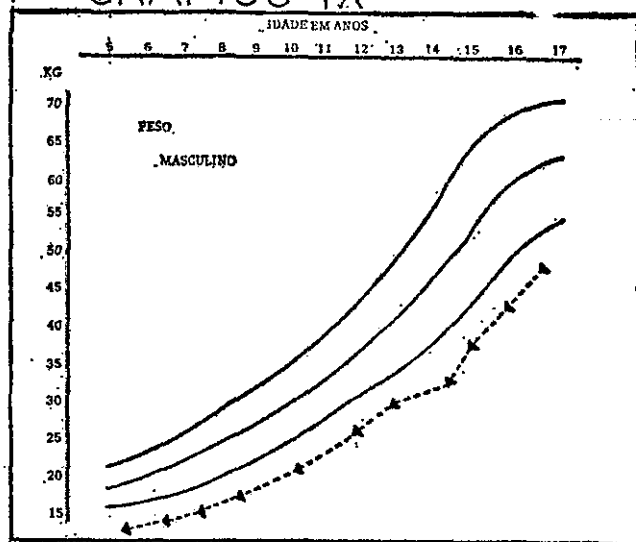
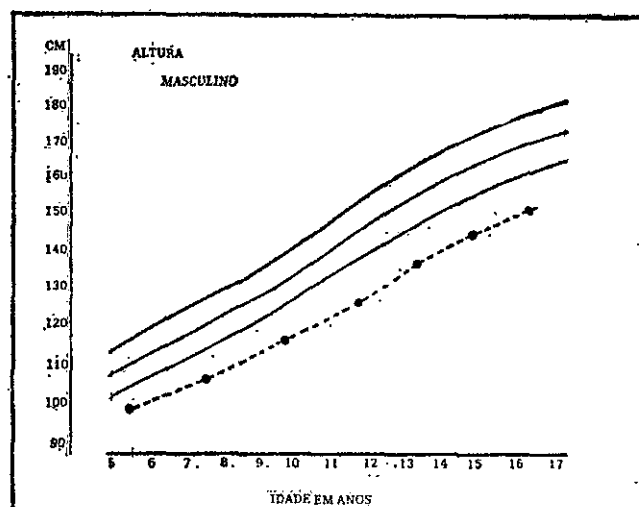
ainda mais, distanciando-se dos limites inferiores das normas adotadas, até que ao final do 6.º ano alcança seus valores mais baixos.

43. Com relação às crianças do Nordeste, o atraso ainda é mais acentuado e já começa bem antes que nas crianças de São Paulo, permanecendo em seus níveis inferiores durante todo o período de vida pré-escolar. Estes fatos podem ser vistos analisando-se os dados no gráfico VII. Após a idade pré-escolar não existem evidências de recuperação na velocidade do crescimento físico. Isto é o que podemos deduzir analisando o gráfico IX, onde o desenvolvimento físico dos jovens na idade escolar e no período da adolescência fica muito aquém das normas norte-americanas. Sobrevivendo em um ambiente onde predominam pobres condições sanitárias, alimentadas com dieta carente tanto em quantidade como em qualidade, as probabilidades de apresentarem um crescimento físico semelhante ao observado nas sociedades mais desenvolvidas são remotas.

44. As consequências da má nutrição calórico-proteica não se resumem apenas em atraso no crescimento.

Investigações recentes demonstram existir também um comprometimento no desenvolvimento mental. Ainda que os estudos modernos tenham contribuído significativamente para o entendimento da relação da nutrição com o desenvolvimento mental, estes fatos já eram conhecidos há muitos anos. Os efeitos de uma dieta deficiente resultando em profundas modificações na inteligência e na conduta dos indivíduos já foram descritos no final do Século XIX por Casal e mais tarde por Goldberger, em 1914, nos Estados Unidos, quando de seus estudos sobre a pelagra, doença caracterizada por dermatite, diarreia e demência. Alterações mentais também são encontradas no Beribéri, doença resultante da deficiência de Vitamina B1. Entretanto, essas doenças atingem a pequenos grupos de população, não causando maiores preocupações em termos de saúde pública. A evidência de que a má-nutrição proteico-calórica poderia levar a profundas modificações na inteligência foi descrita pela primeira vez na África, por Dean, posteriormente confirmada no México por Roble e Cravioto e estudada de forma mais exaustiva por Salomon, Klein e Canosa na América Central, e mais recentemente no Brasil por Marcondes, Lefevre e Machado.

GRÁFICO IX


CRESCIMENTO FÍSICO DE JOVENS DE 5-17 ANOS
NORDESTE NORMAS DOS ESTADOS UNIDOS


ICNND - 1965

45. Um dos fatos mais impressionantes deste ponto de vista foi observado na Guatemala. Comparou-se o desenvolvimento mental de crianças menores de 7 anos que, embora estivessem clinicamente normais no momento do exame, haviam apresentado formas graves de má nutrição dois ou três anos antes de serem investigadas, com o de crianças da mesma idade, clinicamente normais e sem passado de má-nutrição grave. Os resultados demonstraram que as crianças deste último grupo apresentavam sistematicamente um maior nível de rendimento mental. Sabe-se atualmente que quanto mais precocemente incidir a má nutrição no ser humano, mais grave serão seus efeitos sobre o desenvolvimento mental.

VI — IMPORTANCIA DA MÁ NUTRIÇÃO COMO CAUSA DE MORTALIDADE

46. Classicamente, as formas clínicas severas da MPC classificam-se em quatro grupos principais: o Kwashiorkor, o Marasmo Nutricional, as formas mistas e a má nutrição crônica, esta também conhecida como Nanismo Nutricional.

46.1 O kwashiorkor, descrito pela primeira vez na África por Williams, caracteriza-se clinicamente por apatia, inapetência, lesões hiper-pigmentadas na pele e edema generalizado. Geralmente aparece após a ocorrência de uma doença infecciosa, representando a manifestação aguda da má nutrição severa.

46.2 O Marasmo Nutricional se apresenta clinicamente com emagrecimento excessivo, irritação e inapetência, mas sem as lesões cutâneas descritas no Kwashiorkor e sem edema.

46.3 A forma mista revela-se clinicamente por certos sinais do Marasmo, aliado a outros comumente vistos no Kwashiorkor. Esta é a forma predominante das manifestações severas da má nutrição calórico-proteico.

46.4 O Nanismo Nutricional representa o grande grupo dos mal nutridos, cuja principal característica é o atraso no crescimento físico. As formas graves aparecem após uma doença infecciosa, como diarreias, infecções respiratórias e sarampo.

47. A idade de aparecimento destas manifestações varia de região para região, mas de um modo geral, as formas crônicas ocorrem com mais frequência nos primeiros dois anos de vida e as agudas após esse período. Isto é o que podemos deduzir dos dados apresentados na tabela XIV. Dos 173 casos de má nutrição grave apresentados, 113, ou seja 65%, ocorreram nos primeiros 18 meses de vida. A mortalidade foi mais elevada nos primeiros anos de idade.

48. Estudos recentes conduzidos pela Organização Panamericana de Saúde em 4 regiões brasileiras — Recife, Ribeirão Preto, São Paulo e Franca — demonstram a importância da má-nutrição como causa principal ou associada de mortalidade. É importante salientar que mesmo no caso de mortes por doenças infecciosas, a má-nutrição estava presente em 50% ou mais dos óbitos investigados, conforme se vê na tabela XV. Estes dados demonstram mais uma vez o efeito sinérgico da má nutrição e doenças infecciosas, atuando simultaneamente no mesmo indivíduo.

TABELA XIV

MÁ NUTRIÇÃO PROTEÍCO-CALÓRICA — FORMA GRAVE
ESTUDO 173 CASOS

Idade	N.º	% Deficiência	Edema	Óbitos
(Meses)	Casos	Peso Altura	N.º %	N.º %
0—6	55	37 13	0 0	19 34,5
6—12	37	36 10	2 5,4	10 27,0
12—18	21	35 21	11 52,4	1 4,8
18—24	22	33 11	10 45,5	0 0
24—30	17	36 13	7 41,2	3 17,6
30—36	3	30 12	2 66,7	0 0
36—42	6	32 13	3 50,0	0 0
42—48	3	27 11	2 66,7	0 0
48—54	3	34 22	2 66,7	0 0
54—60	3	30 15	3 100,0	0 0
60—+	3	31 12	3 100,0	1 33,3

TABELA XV
MÁ NUTRIÇÃO COMO CAUSA ASSOCIADA DE ÓBITOS
EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS EM 4 CIDADES
 (Não se inclui mortes no 1.º mês de vida)

Causa	Recife			Ribeirão Preto (SP)			São Paulo (Capital)			Franca (SP)		
	N.º óbitos	Com má nutrição N %		N.º óbitos	Com má nutrição N %		N.º óbitos	Com má nutrição N %		N.º óbitos	Com má nutrição N %	
Todas as causas	1.471	880	59.8	143	96	67.1	1.235	558	45.2	141	69	48.9
Doenças infecciosas	993	704	70.9	91	69	75.8	568	336	59.2	78	51	65.4
Doenças diarréicas	559	393	70.3	57	43	75.4	394	248	62.9	64	44	68.8
Sarampo	327	243	74.3	24	17	70.8	81	42	51.9	6	3	50.0
Outras	107	68	63.6	10	9	90.0	93	46	49.5	8	4	50.0
Deficiência nutricional	84	—	—	3	—	—	72	—	—	12	—	—
Doenças respiratórias	232	118	50.9	25	14	56.0	273	89	32.6	22	10	45.5
Outras causas	172	58	33.7	24	13	54.2	322	131	40.7	29	8	27.6

Inv. Interamericana de Mortalidade
(1968)

49. As altas taxas de mortalidade observadas no primeiro ano de vida prolongam-se durante todo o período pré-escolar. Em alguns estados nordestinos, onde a má nutrição apresenta-se com alta endemicidade, as taxas de mortalidade de crianças de 1 a 4 anos chegam a ser 80 vezes maiores que as correspondentes observadas nos Estados Unidos — gráfico X. Nesta condição ambiental constituída por tantos fatores adversos, constata-se que mais de 50% das crianças que nascem vivas, morrem antes de completarem 5 anos de idade.

50. Em resumo, o estudo da natureza, extensão e significado da MPC exige o conhecimento o mais completo possível da sua história natural, pois só assim será possível a aplicação racional de medidas preventivas compatíveis com os recursos humanos e materiais disponíveis, capazes de atingir a pontos vulneráveis específicos e interromper a cadeia de eventos que conduz ao atraso no crescimento e desenvolvimento a altas taxas de morbidade e a elevados índices de mortalidade.

VII — PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NUTRICIONAL DESTINADOS AO CONTROLE DA MPC

51. Na prevenção da MPC as medidas a serem aplicadas dividem-se em três grupos principais:

a) Ação sobre o ambiente, em seus aspectos físico, biológico e sócio-econômico que podem ser a causa primária da MPC;

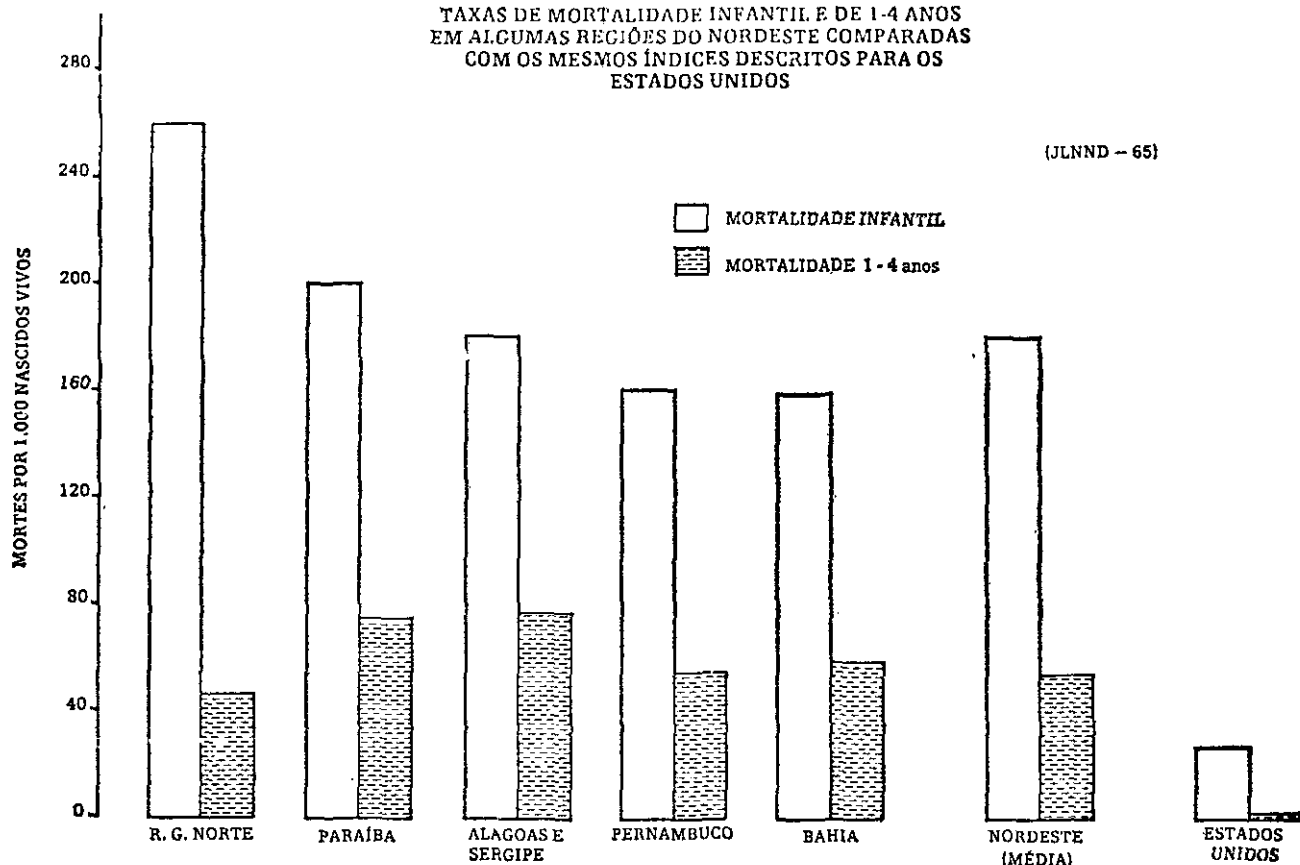
b) Programas de intervenção nutricional destinados a melhorar a qualidade e quantidade dos alimentos consumidos, visando às etapas primária e secundária da cadeia de eventos que conduzem à MPC;

c) Programas de intervenção nutricional dirigidos diretamente ao ser humano, em termos de promoção de melhores hábitos nutricionais (primária) proteção específica a grupos críticos (intermediária), tratamento e recuperação nutricional, sendo esta a possibilidade final da

GRÁFICO X

TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL E DE 1-4 ANOS EM ALGUMAS REGIÕES DO NORDESTE COMPARADAS COM OS MESMOS ÍNDICES DESCRITOS PARA OS ESTADOS UNIDOS

(JLNND - 65)



52. A ação sobre o ambiente foi a primeira preocupação do atual governo cujas providências já salientamos inicialmente. Agora concentraremos nossos comentários na análise dos programas de intervenção, que deverão constituir as atividades principais do PRONAN.

VIII — PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO ORIENTADOS AOS ALIMENTOS

53. Diferentes níveis de ação podem aqui ser considerados, variando desde o aumento da produção global de alimentos até a fortificação de certos alimentos especifi-

cos. A meta é sempre melhorar a qualidade e a quantidade dos alimentos que chegam ao mercado. Frente a número tão grande de alternativas, a estratégia consistirá em identificar aquelas medidas que poderão representar um maior rendimento pelo menor custo.

54. De um modo geral, a preocupação dominante nos anos anteriores concentrou-se no aumento da quantidade total de alimentos (medidos em calorias). Entretanto, a principal preocupação deve ser quanto à qualidade destes alimentos, quer como fontes calóricas, quer como supridores dos demais nutrientes essenciais ao organismo. Na

maioria dos países em desenvolvimento é comum verificar-se que dois, três ou quatro dos alimentos componentes da dieta habitual, proporcionam de 60 a 80% das calorias consumidas. Ainda que em teoria seja válido pensar-se que as restantes 20 ou 40% das fontes calóricas possam ser ricas em nutrientes essenciais, na prática nem sempre é o que se verifica. Na grande maioria das vezes esta fonte complementar de calorias também é deficiente em nutrientes essenciais, como por exemplo, o açúcar. É por esta razão que a natureza do alimento consumido na dieta habitual determina o tipo e a gravidade da má-nutrição prevalente no país. É importante enfatizar que quando um número limitado de alimentos proporciona a maior parte das calorias consumidas, é fundamental que se conheça bem a natureza destes alimentos, pois qualquer política destinada ao aumento da produção deve sempre levar em conta o seu valor nutritivo global.

55. Tomemos como exemplo a dieta da população urbana do Nordeste que se demonstrou mais deficiente segundo as investigações da Fundação Getúlio Vargas. Analisaremos somente a dieta quanto ao seu valor calórico e protéico, uma vez que tomamos a MPC como enfoque principal. Considerando os dados da **tabela IV** e dan-

do-lhes uma nova distribuição construímos a **tabela XVI** que contém os seguintes elementos:

1. Quantidade total em gramas de proteínas (animal + vegetal) consumidas diariamente;
2. Quantidades em gramas de proteína de origem animal incluída no total protéico consumido por dia;
3. Redução das proteínas consumidas à proteína com 100% de utilização;
4. Sabendo-se que 1 grama de proteína equivale a 4 calorias, a quantidade de calorias derivadas das proteínas com 100% de utilização está na coluna 4 (Cal. P 100%);
5. Dividindo o valor da coluna 4 pelo total calórico consumido nos grupos respectivos teremos a proporção das calorias derivadas das proteínas com 100% de utilização, NDp Cal. %;
6. Em seguida, distribuímos proporcionalmente as famílias segundo o consumo calórico e protéico. Os números entre parênteses correspondem à percentagem de famílias em cada célula.

56. Observando os resultados assim obtidos, podemos notar certos aspectos realmente de interesse:

TABELA XVI

**DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO CONSUMO MÉDIO
DIÁRIO DE CALORIAS E PROTEÍNAS — NORDESTE, ÁREA URBANA**

Proteínas g/dia

1	2	3	4	5	CALORIAS PER POR DIA								
TOTAL	ANIMAL	Prot. 100%	Cal. P. 100%	N Dp. Cal. %	1237	1497	1997	2322	2415	2863	3310	4040	4288
36.4	11.2	21.6	7.0	86	(8.9)								
45.8	16.2	27.8	7.3	111		(13.7)							
64.3	26.4	59.0	11.8	236			(25.8)						
80.2	36.6	51.1	8.8	204				(17.5)					
83.6	35.4	52.4	8.7	210					(13.8)				
98.5	47.4	63.5	8.8	254						(10.9)			
114.1	53.2	75.6	9.1	302							(4.7)		
151.1	87.3	101.9	10.0	408								(4.1)	
147.9	84.3	99.2	9.2	397									(0.6)

Obs: Números entre parenteses = % dos indivíduos com o consumo calórico — protéico equivalente
FONTE: 1) Fundação Getúlio Vargas

56.1. A Contribuição das calorias derivadas das proteínas ao total calórico em momento algum foi inferior aos requerimentos estabelecidos pela FAO — 1965. Nestes últimos, o NDpCa1% varia de 3,5 a 5,9. Em nossas observações, os valores de NDpCa1% sempre foram superiores a 7,0 chegando mesmo a 11,8 nos grupos que ainda não apresentavam consumo calórico considerado suficiente. Com esta informação concluímos que esta dieta é de boa qualidade em qualquer dos grupos econômicos considerados;

56.2 A determinação da qualidade não é suficiente, uma vez que a população poderá estar consumindo quantidades reduzidas, não preenchendo os requerimentos diários necessários à manutenção de um bom estado nutricional. Considerando, para propósito de análise, as necessidades diárias poderemos estabelecer qual a proporção das famílias que se encontra com consumo protéico e calórico insuficiente. Os dados da **tabela XVII** ilustram esta proporção, com a seguinte composição:

- b-1. Consumo calórico deficiente + consumo protéico deficiente; nesta situação encontramos 48,4% das famílias;
- b-2. Consumo calórico deficiente com consumo protéico adequado: representando 17,5% das famílias;
- b-3. Consumo calórico adequado com consumo protéico deficiente: não existe uma só das famílias investigadas;
- b-4. Consumo calórico e protéico adequado: representando 34,1% das famílias incluídas na investigação.

57. Estes resultados estão indicando que embora exista uma dieta de boa qualidade, 48,4% das famílias a estão consumindo em quantidades insuficientes, portanto o principal problema a ser considerado está em relação ao aumento da produção dos alimentos da dieta habitual para que possa essa estar disponível em quantidades suficientes às famílias da região.

TABELA XVII
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO
NÍVEL DE CONSUMO PROTÉICO E CALÓRICO

		Consumo Calórico		
		Deficiente	Adequado	Total
Consumo Protéico	Deficiente	48,4%	0	48,4%
	Adequado	17,5%	34,1%	51,6
Total		66,9	34,1	

58. Outro ponto importante a ser considerado é que ainda existem 17,5% de indivíduos que, embora apresentando um consumo protéico adequado, têm deficiente consumo calórico. Sabemos perfeitamente que quando não estão satisfeitas suas necessidades calóricas, o organismo utiliza as proteínas para propósitos energéticos, desviando-as de sua função primordial que é a constituição plástica orgânica. Analisando-se a dieta consumida pelos grupos de pequena renda mensal, conclui-se que tal dieta pode conduzir à manifestação de carência protéica por duas vias principais:

58.1. Redução do consumo protéico total diário: representando 48,4% dos indivíduos aqui considerados, consumo este que também se acompanha de marcada insuficiência calórica;

58.2. Impossibilidade de utilização das proteínas disponíveis pela falta de quantidades suficientes de calorias, representando 17,5% da amostra. Portanto, a deficiência protéica nesta população representa a soma destas duas parcelas, ou seja, 65,9% dos indivíduos incluídos neste estudo. O que é mais importante considerar é que esta deficiência protéica predominante não poderá ser corrigida com a administração de alimentos com conteúdo predominante de proteínas, sem que se leve em conta seu conteúdo calórico.

59. Maiores discussão sobre este problema podem ser encontradas nos trabalhos que vem realizando o grupo de estudos de nutrição, do Núcleo de Estudos de Nutrição e Patologia Tropical da Faculdade de Ciências da Saúde, da UNB. O que pretendemos é chamar a atenção e demonstrar nossa preocupação no cuidado que se deve ter ao estabelecer prioridades nos programas de intervenção nutricional dirigida ao alimento.

60. A principal fonte de calorias e proteínas dos grupos economicamente menos favorecidos são o arroz, o milho e o trigo, entre os cereais, e entre as leguminosas — feijão e fava. Ao se estabelecer uma política de intervenção nutricional orientada aos alimentos é preciso que se conheça o estado atual de produção destes componentes dietéticos, a sua disponibilidade, em termos de kg. per capita/ano, bem como a estimativa da demanda nos anos futuros.

61. Utilizando os estudos realizados pelo Departamento de Estudos Econômicos (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A., cujos resultados reproduzimos na **tabela XVIII** vamos ver que, em 1980, haverá um aumento da disponibilidade per capita da maioria dos alimentos, exceto para as leguminosas secas que estarão em declínio, quando se espera um decréscimo de 0,5% ao ano no seu consumo per capita. Como as leguminosas constituem importante fonte protéica de boa qualidade e também fonte energética apreciável, particularmente para as populações com nível de renda mais baixo, intervenção destinada a prevenir sua deficiência futura poderia ser uma das prioridades dos programas dessa natureza.

62. Realmente, este achado concorda com as preocupações do Protein Advisory Group, da FAO, em sua reunião de junho de 1971, quando se refere à deficiência Calórica Protéica dos países em desenvolvimento:

“... a produção de leguminosas per capita constitui motivo de séria preocupação... atualmente observamos uma diminuição progressiva na produção destes alimentos como resultado dos melhores rendimentos econômicos obtidos com a produção de cereais altamente selecionados... é imperativo que as leguminosas recebam tratamento especial nos esforços futuros destinados a aumentar a produção de alimentos.”

63. É importante salientar que não se pretende aqui uma análise exaustiva das diferentes alternativas que

TABELA XVIII

NORDESTE
Estimativas da Demanda "Per Capita" e Total de Alimentos
Para Consumo Humano
Hipótese A
1971-1980

Produtos	Demanda				Taxa de Cresc. Anual da Deman- da no Período 1971/80 (%)	
	"Per Capita" (kg/hab/ano)		Total (1.000 t)		Total	"Per- Capita"
	1971	1980	1971	1980		
I. CEREAIS						
Aroz sem casca	22,46	24,83	662,0	938,3	3,95	1,12
Milho em grão	15,81	13,23	466,0	500,0	0,79	1,96
Trigo	18,63	23,59	549,1	891,5	5,53	2,66
II. RAÍZES E TUBÉRCULOS						
FECULENTOS						
Batata-docs	14,76	14,57	435,1	550,6	2,65	0,14
Batata inglesa	1,10	1,84	32,4	69,5	8,85	5,88
Mandioca	186,82	164,56	5.506,8	6.218,7	1,36	1,40
III. HORTALIÇAS						
Cebola	1,07	1,46	31,5	55,2	6,43	3,51
Tomate	4,79	6,88	141,2	260,0	7,02	4,11
IV. LEGUMINOSAS SECAS						
Fava	1,95	1,87	57,5	70,7	2,32	0,46
Feijão	25,05	24,73	762,0	934,5	2,29	0,49
V. FRUTAS						
Abacate	0,84	1,34	24,8	50,6	8,25	5,33
Abacaxi	5,43	8,66	160,1	327,3	8,27	5,32
Banana	60,55	70,78	1.784,8	2.674,8	4,60	1,75
Caju	14,80	23,60	436,3	891,8	8,27	5,32
Laranja	10,21	15,06	301,0	569,1	7,33	4,41
Manga	11,87	11,19	349,9	422,9	2,13	0,65
VI. CARNES FRESCAS						
Avícola	3,05	3,77	89,9	142,5	5,25	2,38
Bovina	11,12	15,76	327,9	595,7	6,86	3,95
Caprina	0,75	0,83	22,1	31,4	3,98	1,13
Ovina	0,71	0,78	20,9	29,5	3,90	1,05
Suína	1,89	1,99	55,6	75,2	3,41	0,57
Fígado	0,29	0,41	8,5	15,5	6,90	3,92
VII. PESCADO						
Pescado fresco	5,292	6,399	156,0	241,8	4,99	2,13
Pescado industrializado	1,798	2,077	53,0	78,5	4,46	1,62
VIII. LEITE, DERIVADOS E OVOS						
Leite "in natura"	34,25 (2)	49,00 (2)	1.009,6 (3)	1.851,7 (3)	6,97	4,06
Leite em pó (5)	1,02	1,46	30,1	55,2	6,97	4,07
Queijo (5)	0,61	1,07	17,9	40,6	9,53	6,44
Manteiga (5)	1,18	2,01	34,9	75,9	9,02	6,10
Ovos	47,10 (1)	65,37 (1)	1.388,3 (4)	2.470,3 (4)	6,61	3,71
IX. ÓLEOS E GORDURAS						
Toucinho	1,58	1,63	46,6	61,6	3,15	0,35
Óleos comestíveis	1,81	2,82	53,4	106,6	7,98	5,05
X. OUTROS						
Açúcar	23,42	24,17	690,3	913,4	3,16	0,35
Café em pó	3,56	3,83	104,9	144,9	3,66	0,84
Uva	0,01	0,0159	0,29	0,60	8,41	5,29
Tangerina	0,52	0,77	15,3	29,1	7,40	4,46
Limão	0,33	0,49	9,7	18,5	7,44	4,49
Maçã	0,20	0,32	5,9	12,1	7,45	5,36
Alho	0,15	0,25	4,4	9,4	8,80	5,84
Melancia	3,39	3,01	99,9	113,7	1,45	1,31
Melão	0,08	0,10	2,36	3,8	5,44	2,51

FONTE: Estimativas feitas com base no consumo aparente "per capita" média do período 1965/67 e levando em conta o crescimento da renda e a elasticidade-renda do consumo.

NOTAS: (1) Em unidades (2) Em litros (3) Milhões de litros (4) Milhões de unidades; (5) O consumo de leite em pó, queijo e manteiga são os mesmos da hipótese B, tendo em vista a ausência de informações que permitam o cálculo do consumo aparente.

aparecem na organização de um programa de intervenção direta sobre os alimentos. Apenas desenvolvemos um modelo simples, considerando dois grupos de nutrientes dentre os vários considerados essenciais numa tentativa de ilustrar nosso raciocínio quando da análise deste problema. Muitas outras possibilidades existem para a realização de programas desta natureza, não só em relação à produção mas também a um nível intermediário. Mencionamos apenas algumas a título de ilustração: aumento da disponibilidade através da redução das perdas que sofrem os alimentos nos processos de armazenamento, transportes e distribuição; desenvolvimento de novas fontes proteicas utilizando os recursos da tecnologia moderna; introdução de fortificação dos alimentos etc.

64. Nossa grande esperança reside no suporte que possamos dar a programas de investigação orientados para o desenvolvimento de novos tipos de vegetais com alto valor nutricional e adaptados às nossas condições ecológicas.

IX — PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO NUTRICIONAL DIRIGIDOS AO INDIVÍDUO

65. Neste particular, existe um grande número de alternativas que exigem atividades específicas, sempre visando a promoção de melhores hábitos dietéticos através da educação.

66. Além de programas específicos de educação de massa, aqui também se incluem outros programas, tais como alimentação escolar, promoção de hortas escolares, horta comunitária e outras atividades afins. Programas de divulgação de massa devem ser contemplados com bastante cuidado, uma vez que a rápida divulgação dos meios de comunicação e a crescente competição entre as indústrias produtoras de alimentos, de refrigerantes ou mesmo farmacêutica podem levar mensagens distorcidas, prejudicando e conduzindo a hábitos dietéticos pouco recomendáveis. Dentre as diferentes atividades destinadas à educação da população, programas de alimentação escolar têm recebido tratamento prioritário, no campo da nutrição. Os efeitos destes programas sobre o estado nutricional são bastante contraditórios, uma vez que os jovens na idade escolar estão em um período de crescimento lento, e até certo ponto ajustados fisiologicamente à utilização de nutrientes a níveis relativamente baixos. Em Pensilvânia, Estado Unidos, quando se procedeu a avaliação da eficiência da merenda escolar no estudo nutricional, as únicas crianças que realmente demonstraram resultados positivos foram as que freqüentavam as escolas onde a merenda era cuidadosamente preparada, por nutricionista especializado, preocupado em corrigir as deficiências da dieta consumida pelas crianças no domicílio, cuidando para que a merenda oferecida fosse consumida em horário apropriado de forma a não interferir com o consumo da dieta que recebiam em seus lares. O valor nutricional da dieta foi computado e o estado nutricional avaliado em intervalos regulares. Simultaneamente, as crianças recebiam cuidados médicos e odontológicos. Desta forma, a merenda deve ser parte integrante de um sistema de atenção à saúde do escolar, procurando-se oferecer uma refeição que melhore a qualidade do seu consumo total de alimentos, por dia.

67. Programas de merenda escolar não têm única e exclusivamente a função de proporcionar alimentos mesmo porque isto exigiria uma quantidade de recursos humanos muito acima do que dispomos na atualidade. Uma das grandes vantagens da merenda escolar é que oferece uma oportunidade única de educação nutricional. A participação ativa destas crianças nas diferentes fases de preparação das refeições, a sua distribuição pelas próprias crianças, melhoram os hábitos dietéticos e criam na escola um ambiente atrativo, ensejando um maior índice de freqüência. Deve ser sempre lembrado que a criança é sensível aos tipos de preparações oferecidas e à maneira

como são servidas. Aceitam mais facilmente alimentos preparados de forma simples, servidos de forma modesta, porém atrativa. Experiências realizadas em outras regiões com a distribuição de alimentos processados e distribuídos sem qualquer participação dos escolares na sua preparação foram muito mal sucedidas, provocando o desinteresse e prejudicando a eficiência da função educativa da merenda escolar (Wilson, E, 1965). Quando se associa ao programa de merenda escolar a horta escolar, os resultados serão necessariamente mais recompensantes, pois haverá melhores oportunidades para o desenvolvimento da educação nutricional. O que muitas vezes é esquecido é que o programa de merenda escolar é para a criança e não a criança para o programa. O sucesso desta atividade está em função da qualidade nutritiva do alimento oferecido, suplementando as necessidades nutricionais diárias do escolar, e no interesse e motivação que poderá despertar entre os jovens.

X — PROTEÇÃO ESPECÍFICA AOS GRUPOS VULNERÁVEIS

68. Aqui estarão incluídas as atividades visando à proteção de crianças na idade infantil e pré-escolar, bem como às mulheres durante os períodos da maternidade e lactação. Nestes aspectos, os programas de intervenção nutricional direta aos indivíduos devem ser conduzidos, utilizando-se as facilidades existentes, integrando-os na rede de distribuição de saúde do País, adicionando-se recursos sem duplicação de atividades. Assim suas atividades estarão incluídas nos serviços de atenção Pré-Natal, promoção do aleitamento natural, distribuição de suplementos dietéticos quando necessários e avaliação periódica do crescimento e desenvolvimento. Nestes programas, o que se procura é a educação nutricional através do seguimento periódico, ao mesmo tempo que se oferece condições para o diagnóstico precoce e tratamento oportuno das deficiências nutricionais.

XI — TRATAMENTO E REABILITAÇÃO NUTRICIONAL

69. Neste capítulo examinaremos um conjunto de alternativas relacionadas com a forma mais adequada e econômica de tratamento da população que já se apresenta mal nutrida. Diferentes atividades poderiam aqui ser incluídas:

69.1. **Tratamento do desnutrido em condições domiciliares.** Este tipo de atividade tem sua maior aplicação nas áreas onde a população se encontra dispersa, de difícil acesso, constituindo o principal problema relacionado com a distribuição de serviços de saúde. Torna-se necessária a existência de serviços de distribuição capilar, com centros situados em pontos estratégicos, programas de suplementação dietética, controle das doenças infecciosas e educação nutricional. Aqui cresce de importância a qualificação do pessoal auxiliar de saúde, com conhecimentos básicos de nutrição aplicada.

69.2. **Centros de Recuperação Nutricional.** Funcionando em regime de semi-internato, estes centros vem-se demonstrando de grande utilidade no tratamento e recuperação dos desnutridos, a custos surpreendentemente reduzidos. Suas atividades se fundam na educação nutricional das mães que se apresentam com um ou mais de seus filhos mal nutridos, num sistema de aprendizado em serviço. Utilizando-se alimentos comuns na região e integrantes dos hábitos dietéticos das famílias locais, compõe-se uma dieta de alto valor biológico compatível com os recursos econômicos da família. A mãe é admitida no centro juntamente com as crianças e tem sob sua responsabilidade o preparo da dieta, a manutenção das condições higiênicas da criança, bem como outras atividades administrativas do centro. Durante este período recebe também ensinamentos sobre práticas nutricionais, economia doméstica afora outros. O importante

deste centro é o seu baixo custo de operação: enquanto um leito de hospital pediátrico custa de Cr\$ 40,00 a Cr\$ 50,00 por dia, o centro recupera crianças, com educação nutricional da família a um custo médio inferior a Cr\$ 3,00 diários.

69.3. **Tratamento em hospitais.** Esta é a última linha na série de medidas adotadas para o tratamento e recuperação da criança desnutrida. Sempre que possível deve ser reservado para os casos de maior risco, uma vez que a má nutrição em suas formas graves é fatal em mais de 80% dos casos. Quando propriamente atendida esta fatalidade se reduz a valores praticamente nulos. Entretanto, mesmo em condições de hospital, todo o esforço deve ser feito para que a mãe ou outra pessoa responsável pela criança participe de sua recuperação, pois ainda não há melhor substituto para a educação no controle e prevenção das deficiências nutricionais.

70. Estas atividades componentes dos programas de intervenção nutricional refletem dois objetivos maiores:

— **Programas "A"** objetivam melhorar as condições gerais de nutrição;

— **Programas "B" e "C"** destinam-se à redução da mortalidade e à recuperação da incapacidade que a má nutrição determina. Frente a estas alternativas para uma questão: como deveria ser iniciado um programa de intervenção direta e quais as suas prioridades em uma comunidade onde a má nutrição se apresenta com alta endemicidade nos grupos mais jovens da população? Obviamente a resposta seria: estabelecer programas que atendessem aos dois objetivos maiores, tendo-se em vista que o equilíbrio entre eles varia segundo a natureza do problema local. A grande variedade de condições faz com que seja impossível padronizar programas de nutrição que possam ser aplicados de forma homogênea em todas as regiões. Os objetivos destes programas estão na dependência direta do nível de organização e dos recursos de que a comunidade dispõe.

Podemos conceber três situações hipotéticas:

1.^a — Áreas onde são altas a prevalência de má nutrição e das doenças infecciosas em crianças menores de 7 anos, condições de desenvolvimento precárias e recursos muito limitados de serviços preventivos de saúde. Para estas áreas todo o esforço deve ser feito no sentido de melhorar as condições dos serviços de saúde. Enquanto isso a alternativa que se nos apresenta como de maior valia é o estabelecimento de programas destinados à redução da mortalidade e morbidade das crianças (B e C), ao mesmo tempo que se procura estabelecer progressivamente as atividades de natureza promocional (A).

2.^a — Aqui se incluem as comunidades que já possuem um sistema razoável de serviços de saúde, bem como outros serviços comunitários (escola etc.). Em comunidades com estas características é possível estabelecer um sistema racional de serviços atendendo as alternativas (A), (B) ou (C).

3.^a — Comunidades onde são baixas as taxas de mortalidade, quase ausência de formas graves de má-nutrição, existência de serviços de saúde e serviços educacionais atendendo a todos os níveis.

Nestas comunidades, programas do tipo (C) praticamente não são necessários, enquanto que as atividades de (A) alcançam a maior prioridade, objetivando manter ou alcançar níveis satisfatórios de nutrição.

71. Este assunto é da mais alta importância prática uma vez que no presente o governo está dispendendo fortes somas no tratamento de malnutridos em condições de hospital, enquanto que é possível, como vimos, adotar outras alternativas mais econômicas, com maior alcance e com resultados igualmente satisfatórios. Talvez, como pre-requisito, antes de implantar atividades promocionais

(A) poderia ser mais urgente a utilização de medidas objetivando reduzir a carga econômica que atualmente representa o tratamento do mal nutrido em hospitais (C). Teoricamente, é válido admitir que uma vez reduzido o custo do tratamento do mal-nutrido em condições de hospital, resultariam mais recursos para as atividades em (A) ou (B). O importante é considerarmos na formulação de programas nutricionais de intervenção direta, a inclusão de atividades (A), (B) ou (C) ao mesmo tempo e com a mesma ênfase, o que seria impraticável frente aos nossos poucos recursos humanos e financeiros.

72. O primeiro problema que se nos apresenta ao estimarmos o custo de um programa nutricional de intervenção direta reside na identificação da população que deverá ser beneficiada com suas atividades. Já dissemos que as mulheres durante os períodos de gestação e lactação, juntamente com a população menor de 5 anos constituem-se nos grupos mais vulneráveis aos efeitos da má-nutrição. Entretanto, nem todos os indivíduos incluídos neste grupo estão sujeitos ao mesmo risco. Algumas destas pessoas estão bem protegidas, quando a probabilidade de que se apresentem mal-nutridas é bastante remota. Outras, entretanto, apresentam formas crônicas de MPC com incidência e prevalência elevadas. Ainda existe um terceiro grupo constituído por indivíduos nos quais se observam as formas mais severas da MPC. A caracterização destes grupos é fundamental, uma vez que as medidas a serem adotadas deverão levar em consideração o risco de cada grupo em particular. A solução deste problema somente será possível na medida que forem fixados certos critérios capazes de discriminar dentro de uma população dada, aqueles indivíduos que poderão ser enquadrados em cada um dos grupos citados. Posteriormente, serão estabelecidas as medidas mais apropriadas a cada situação. Assim é importante revisar nosso conceito sobre a etiologia da MPC.

73. Embora apareça como resultado da incapacidade do ser humano de ajustar-se às condições existentes em seu ambiente natural, o que leva à MPC é a **diminuição ou ausência de proteínas disponíveis ao metabolismo celular**. Esta situação ou aparece como consequência de um aumento significativo das perdas de nutrientes, não podendo ser compensada por um consumo proporcional, ou então por um consumo deficiente, ou não equilibrado. Estas duas condições atuando isoladamente ou em conjunto trarão como resultado a diminuição das proteínas requeridas para as atividades metabólicas da célula, com consequente má-nutrição.

74. Vimos anteriormente o importante papel das doenças infecciosas como causa de exaustão das perdas de nutrientes pelo organismo. Entretanto, preferimos concentrar nossa discussão na análise da importância dos fatores dietéticos no desencadeamento da MPC. Proteínas e calorias da dieta consumida podem apresentar-se relacionadas nas seguintes formas:

a) **Consumo protéico deficiente predominante:** independentemente da ingestão dos demais nutrientes essenciais consumidos diariamente, que podem estar adequados ou ligeiramente reduzidos, a principal condição desta dieta seria proporcionar proteínas em quantidade ou qualidade deficientes, não atendendo os requerimentos do metabolismo normal.

b) **Consumo calórico deficiente predominante:** para que a proteína possa ser utilizada como substância plástica, constituintes enzimáticos ou hormonais, enfim para que possa exercer com toda plenitude suas funções no metabolismo celular, é fundamental que o organismo satisfaça primeiro suas necessidades calóricas. Existindo um aporte calórico insuficiente, o organismo lançará mão das proteínas com propósitos energéticos, desviando-as de sua função precípua, conduzindo a uma condição de carência protéica, mesmo quando o consumo dietético aten-

der as recomendações mínimas estabelecidas para proteínas.

c) **Consumo calórico e protéico insuficiente:** nesta situação não importa tanto a qualidade da dieta consumida, que poderá ser ótima, o fundamental é que esta dieta está sendo consumida em quantidades muito aquém das exigidas pelo organismo para suas funções normais.

d) **Consumo calórico e protéico adequado:** representando a situação ideal, quando a dieta atende as demandas nutricionais do organismo.

75. Utilizando estes critérios e redistribuindo os dados registrados pela Fundação Getúlio Vargas, poderemos estimar a proporção de indivíduos que se encontra em cada uma das situações em uma distribuição 2x2 da seguinte forma:

		CONSUMO CALÓRICO	
		DEFICIENTE	ADEQUADO
CONSUMO PROTÉICO	Deficiente	A	C
	Adequado	B	D

76. É óbvio que uma distribuição deste tipo não pode ser feita simplesmente considerando-se o total de proteínas consumido diariamente. As proteínas variam em seu valor biológico, que por sua vez depende de sua composição em aminoácidos essenciais. Torna-se evidente a necessidade de analisar a qualidade destas proteínas, ajustando seus valores ao equivalente a uma proteína 100% utilizável (NPU operacional = 1), antes de proceder a distribuição dos indivíduos como na tabela acima. Procedendo desta maneira poderemos estimar a proporção da população e seus riscos respectivos, estabelecendo critérios com os seguintes:

RISCO I: onde existe maior probabilidade de manifestação severa da MPC, com todas suas implicações na morbidade e mortalidade. Este grupo está formado particularmente por indivíduos que se alimentam de uma dieta

deficiente, tanto em calorias como em proteínas -- Célula A.

RISCO II: formado por indivíduos que subsistem com uma dieta não equilibrada em seus constituintes principais. Seja por um consumo protéico deficiente com adequada ingestão calórica, seja pela situação inversa. O resultado, como vimos anteriormente, não se modifica fundamentalmente, pois em qualquer das duas situações a utilização das proteínas pelo organismo estará prejudicada. Nesta condição é onde encontramos a maior quantidade de indivíduos com desnutrição moderada, podendo mesmo aparecer formas graves, freqüentemente precipitadas por um processo infeccioso. — Células B e C.

RISCO III: finalmente, temos o grupo de menor risco, constituído por aqueles indivíduos com consumo protéico e calórico adequado.

77. A etapa seguinte consistiu em dar aos dados obtidos pelas investigações da Fundação Getúlio Vargas uma distribuição bimodal, calculando a proporção de indivíduos em cada uma das células do esquema anterior. Ajustando estes últimos resultados à população considerada vulnerável, segundo o último recenseamento, foi possível estimar o número de indivíduos para cada um dos riscos determinados, identificando-os nas diferentes regiões brasileiras. Os resultados assim tidos estão resumidos nas tabelas XIX a XXIII. De posse destas informações definem-se três metas para programas nutricionais de intervenção direta que deveriam ser alcançadas no espaço de 5 anos:

META I: tratar 80% dos casos graves de MPC. Considerados como os casos de maior risco, sua maior prevalência (0,03) deverá ocorrer em crianças menores de 5 anos, na população de risco I. Por sua gravidade, grande parte destes pacientes deverão receber tratamento em condições de hospital, com uma permanência média de 45 dias, a um custo diário de Cr\$ 45,00. A tabela XXIV A resume o número de indivíduos esperados em cada região, com o correspondente custo operacional.

META II: recuperar 50% dos casos moderados de MPC. Estes indivíduos se encontram com maior prevalência nos grupos de RISCO I e II (0,30), cuja recuperação poderá ser realizada nos centros de educação e recuperação nutricional, a um custo médio de Cr\$ 3,00 "per capita", com 120 dias de permanência média. O número de indivíduos por região com os custos respectivos destes serviços estão ilustrados na tabela XXIV B.

META III: distribuir suplementos dietéticos a 50% das gestantes e nutrízes incluídas na população de Risco I e II. Este programa deverá distribuir alimentos a gestantes durante os dois últimos trimestres do período de gravidez e às nutrízes em seus primeiros 6 meses de lactação. Estas mulheres receberão suplementos durante 180 dias, a um custo diário de Cr\$ 1,50 "per capita". O custo operacional do programa de suplementação de gestantes e nutrízes, bem como o número esperado de indivíduos em cada região são os dados que se encontram na tabela XXV A.

TABELA XIX
MPC: GRUPOS VULNERÁVEIS CLASSIFICADOS
SEGUNDO RISCOS
Norte
Número de Indivíduos (x 1.000)

Idade (anos)	Risco I		Risco II		Risco III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0—1	14.8	8.2	16.5	56.3	34.7	15.3
1—5	33.3	26.5	37.1	183.0	78.1	49.7
5—10	49.2	32.6	54.9	225.3	119.0	61.1
10—14	45.1	26.5	50.3	183.0	104.0	49.7
Gestantes	14.8	8.2	16.5	56.3	34.7	15.3
Lactantes	7.4	12.3	8.3	84.5	17.4	23.0

TABELA XX
MPC: GRUPOS VULNERÁVEIS CLASSIFICADOS
SEGUNDO RISCOS
Nordeste
Número de Indivíduos (x 1.000)

Idade (anos)	Risco I		Risco II		Risco III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0—1	107.3	28.4	123.6	253.7	248.2	385.7
1—5	241.5	92.2	278.2	824.6	558.5	1253.5
5—10	348.8	113.4	401.8	1015.0	806.7	1542.0
10—14	322.0	92.2	371.0	824.6	744.7	1253.5
Gestantes	107.3	28.4	123.4	243.7	248.2	385.7
Lactantes	53.6	42.6	83.1	126.8	372.3	578.6

TABELA XXI
MPC: GRUPOS VULNERÁVEIS CLASSIFICADOS
SEGUNDO RISCOS
Centro-Oeste
Número de Indivíduos (x 1.000)

Idade (anos)	Risco I		Risco II		Risco III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0—1	9.8	7.2	24.1	31.1	66.1	69.0
1—5	22.2	23.5	54.2	101.0	147.0	223.1
5—10	32.1	29.0	78.3	124.3	213.2	275.0
10—15	29.6	23.5	72.2	101.4	197.0	223.2
Gestantes	9.8	7.2	24.1	31.4	66.7	69.1
Lactantes	4.9	10.8	12.1	150.2	33.0	103.5

TABELA XXII
MPC: GRUPOS VULNERÁVEIS CLASSIFICADOS
SEGUNDO RISCOS
Sudeste
Número de Indivíduos (x 1.000)

Idade (anos)	Risco I		Risco II		Risco III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0—1	11.6	23.0	72.2	107.0	213.6	240.0
1—5	26.0	74.5	162.5	349.0	481.0	779.0
5—10	37.6	91.7	235.0	430.0	694.1	959.0
10—15	34.7	74.5	217.0	348.0	641.7	779.0
Gestantes	11.6	23.0	72.2	107.0	213.6	240.0
Lactantes	5.8	34.5	36.1	161.0	106.8	360.0

TABELA XXIII
MPC: GRUPOS VULNERÁVEIS CLASSIFICADOS
SEGUNDO RISCOS
Sudeste
Número de Indivíduos (x 1.000)

Idade (anos)	Risco I		Risco II		Risco III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0—1	116.2	29.8	363.0	125.0	695.0	282.0
1—5	261.4	97.1	816.0	406.3	1563.2	918.0
5—10	377.6	119.5	1178.0	500.0	2258.0	1128.0
10—15	348.0	97.1	1087.0	406.3	2084.3	917.0
Gestantes	116.2	29.8	363.0	125.0	695.0	282.0
Lactantes	58.1	44.7	182.0	347.0	347.8	423.0

TABELA XXIV
ESTIMATIVA DE CUSTOS
META I

Tratar 80% dos casos graves de M.P.C.

REGIAO	N.º DE CASOS ESPERADOS (URBANO + RURAL)	CUSTO (Cr\$ 1.000,00)
A		
Norte	1.993	3.587
Nordeste	11.266	20.279
Sudeste	12.108	21.795
Sul	3.243	5.837
Centro-Oeste	1.505	2.709
Total	30.115	54.207

Obs.: Tratamento em Hospital a um custo médio diário de Cr\$ 40,00, para permanência média de 45 dias.

B
META II
Recuperar 50% dos casos moderados de M.P.C.

REGIAO	N.º DE CASOS ESPERADOS (URBANO + RURAL)	CUSTO (Cr\$ 1.000,00)
B		
Norte	37.570	13.525,2
Nordeste	135.005	48.601,8
Sudeste	221.480	79.732,8
Sul	51.170	18.421,2
Centro-Oeste	27.310	9.831,6
Total	472.535	170.112,6

Obs.: Em condições de Centro de Recuperação, com permanência média de 120 dias a um custo diário per capita de Cr\$ 3,00

78. Estamos conscientes de que o custo total do programa está superestimado. Tabela XXV B.

Para comprovar basta considerar a suplementação da Meta III, quando estabelecemos de Cr\$ 1,50 per capita seu custo operacional. Esta importância equivale praticamente a quase 2 litros de leite por dia que seriam dados a cada indivíduo. Estes custos foram assim estabelecidos para compensar os altos gastos administrativos que podem subir a mais de 35% do custo total do programa. Por outro lado, queríamos deixar patente que mesmo considerando custos operacionais altos, o total do programa ainda o situa como exequível dentro de nossas condições econômicas. Saliente-se a importância de identificar o mais precisamente possível os grupos e seus riscos afim de possibilitar uma distribuição melhor dos recursos existentes.

79. **Esquema de implantação:** programa desta magnitude é fundamental que seja implantado em duas etapas principais. A primeira seria a etapa piloto, destinada à seleção e preparo técnico do pessoal, definição da metodologia a ser adotada, execução em uma área circunscrita de um programa simulando as suas diferentes atividades a fim de decidir sobre os critérios de avaliação mais apropriados. Posteriormente o programa será implantado de forma progressiva, seguindo o esquema proposto na tabela XXVI A. Nesta tabela vemos que a adição de novas unidades se faz de forma progressiva, alterando período de maior penetração com outros de menor intensidade de expansão. Nos períodos onde a expansão for menor, deverá haver tempo para avaliação paralela dos resultados, revisando os benefícios conseguidos, o custo de cada opera-

ção e propondo revisão acaso necessária. Ao fim de 5 anos deverão estar cobertas as metas propostas.

80. **Entidades Participantes:** O sucesso de um programa desta natureza está diretamente relacionado à motivação que despertará na comunidade onde se realiza. Assim é fundamental que outras entidades se associem ao Governo Federal respondendo por parcelas variáveis do custo de cada um dos serviços. Isto é o que pretendemos ao apresentar a Tabela XXVI B, onde parcelas dos gastos de manutenção são distribuídas ao Município e ao Estado correspondentes. É importante frisar que o aspecto paternalista deve ser evitado sempre que possível. Um dos resultados mais importantes que poderá ser obtido é conseguir a participação da comunidade na solução de seus problemas maiores.

TABELA XXV

META 3

Distribuir Suplementos Dietéticos a 50% das Gestantes Consideradas como risco I e II

REGIAO	N.º DE CASOS ESPERADOS (URBANO + RURAL)	CUSTO (Cr\$ 1.000,00)
Norte	31.245	8.436,15
Nordeste	121.350	32.764,45
Sudeste	189.870	51.264,90
Sul	67.680	81.273,60
Centro-Oeste	37.575	10.145,25
TOTAL	447.720	120.884,35

Obs.: Suplementação por 180 dias, a um custo diário de Cr\$ 1,50 per capita.

Estimativa do Custo Total Anual do Programa

META	N.º DE BENEFICIADOS	CUSTO (Cr\$ 1.000,00)
I	30.115	54.207,00
II	472.535	170.112,60
III	447.720	120.884,35
TOTAL	950.370	345.203,95

TABELA XXVI

Calendário de Implantação
Alcançar as Metas Definidas em 5 anos
Segundo o Seguinte Plano

Ano de Funcionamento	Proporção %	Acréscimo	Custo-Anual (Cr\$ 1.000,00)
1.º	20	—	69.040,79
2.º	35	+ 15	120.821,38
3.º	65	+ 30	224.382,56
4.º	80	+ 15	276.163,16
5.º	100	+ 20	345.203,95

Obs.: Notam-se períodos de acréscimos menores e maiores. Com o propósito de permitir tempo para avaliação, análise do custo-benefício, propor revisões quando necessárias, que deverá ser feita a intervalos regulares de dois anos.

Entidades que Participarão no Custeio das Diferentes Metas

Entidade	Participação Proporcional %	Total Cr\$
Governo Federal	75	258.502,96
Municípios	20	69.040,79
Estado	5	17.260,20
Comunidade	?	1,95
TOTAL	100%	345.203,95

XII — COMENTÁRIOS FINAIS

81. Ao concluir o presente relatório devemos registrar, para agradecer, a valiosa colaboração que só ao término destas considerações recebemos do Prof. Nelson Chaves, do Instituto de Nutrição, da Universidade Federal de Pernambuco. Conforta-nos saber que as sugestões do ilustre mestre ajustam-se perfeitamente às ideias discutidas neste relatório o que, aliás, lhe confere maior autoridade.

82. Analisados em seus aspectos práticos, os fatores que conduzem à MPC devem ser considerados dentro de um esquema racional que observe os princípios básicos da Ecologia humana. Embora em última análise, o que determina à MPC seja, como já o dissemos, a ausência de nutrientes, disponíveis a nível celular fundamentais ao seu metabolismo. Entretanto, sua etiologia, na verdade, começa já no próprio meio ambiente onde se desenvolve o homem, sujeito às adversidades físicas, biológicas ou sócio-econômicas que o circundam.

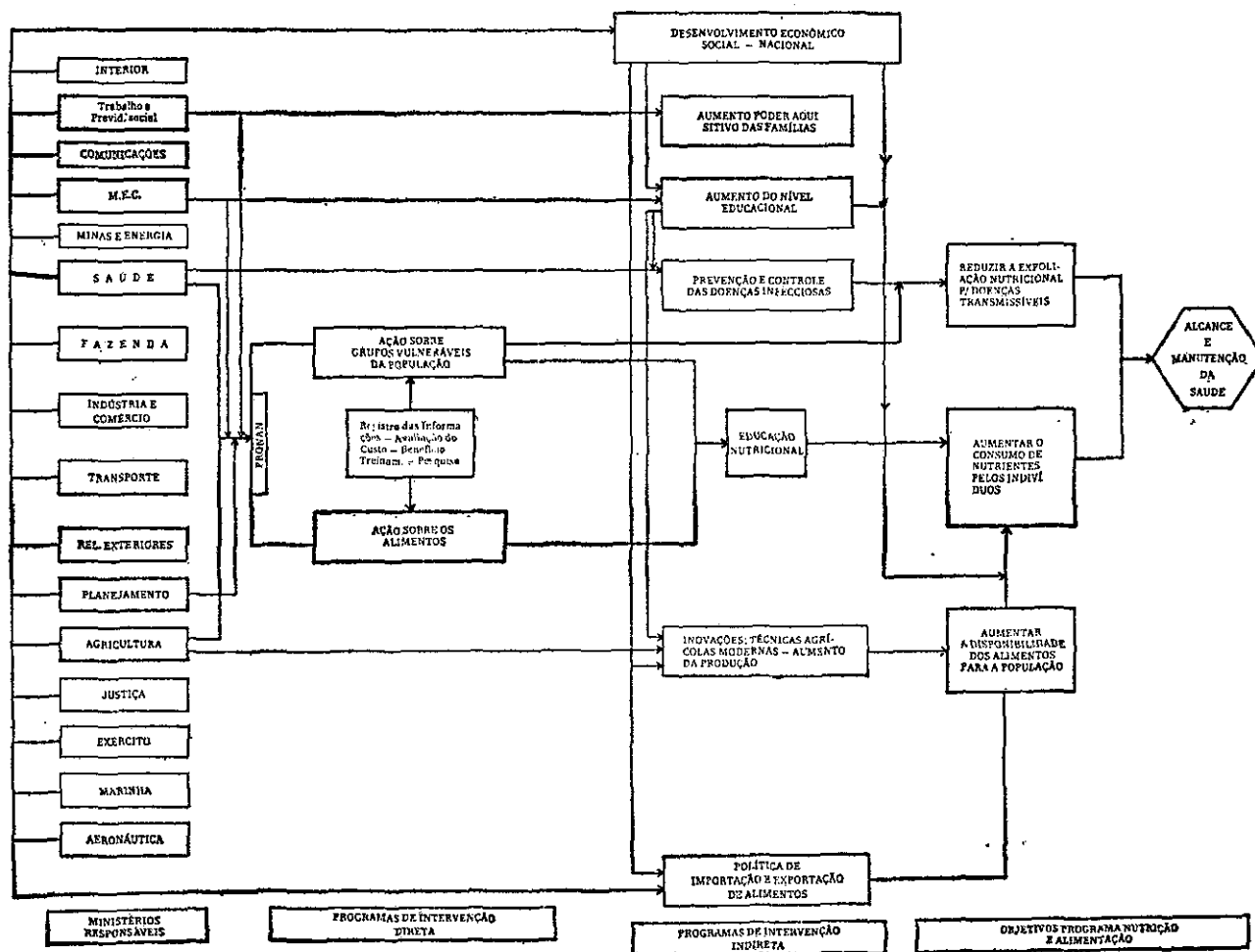
83. Assim entendia, a MPC apresenta-se como um problema bastante complexo, de causas múltiplas, exigindo medidas intervencionais destinadas ao saneamento amplo do meio ambiente ou à recuperação dos indivíduos. É curioso notar que a qualquer momento da história natural da MPC é possível adotar-se providências eficazes visando à interrupção dos fenômenos que se sucedem em cadeia até a sua completa caracterização. Todos os programas governamentais objetivando o desenvolvimento sócio-econômico são grandemente benéficos ao controle da MPC embora não dispensem a intervenção dirigida, quando esta se fizer necessária.

84. Dentro dessa conceituação, não podemos conceber o INAM como um órgão isolado, estanque, mas sim como uma **atividade adicional** ao esquema estratégico de desenvolvimento global, integrado e sincrônico que tem o homem como centro, tal como se demonstra no **gráfico XI**.

85. Somente somando todos os recursos humanos e materiais disponíveis e integrando-os numa ação de governo poderemos alcançar e experimentar a sanidade **não como simples ausência de doença, mas como um estado de completo bem estar físico, mental e social.**

GRÁFICO XI

ORGANIZAÇÃO DOS PROGRAMAS QUE EXERCEM
INFLUÊNCIA EM NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO



Parecer sobre as Emendas.

EMENDA N.º 1

Autor: Deputado Adhemar Ghisi

A emenda de autoria do Deputado Adhemar Ghisi, refere-se ao art. 4.º do projeto ao qual propõe nova redação, transferindo a CNAE para o novo Instituto.

Dentro da concepção geral do INAN não nos parece aconselhável tal incorporação, sendo preferível que a CNAE continue na dependência do MEC (Dec. n.º 56.886, de 20-9-65), pois como órgão executivo tem prestado relevantes serviços no setor da educação e assistência alimentar aos escolares. O INAN, ao demais, não é órgão propriamente executivo, cabendo-lhe antes "assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição", elaborar e propor ao Presidente da República os programas prioritários de alimentação, supervisionar e fiscalizar sua implementação e avaliar-lhes periodicamente os respectivos resultados.

Parecer: pela rejeição.

EMENDA N.º 2

Autor: Deputado Adhemar Ghisi

A emenda do Deputado Adhemar Ghisi, propõe a alteração do parágrafo único do art. 5.º do projeto, ampliando a composição do Conselho que assistirá o Presidente do INAN nele incluindo representantes de todos os Ministérios Cíveis e Militares.

O autor justifica a proposição dizendo que "nutrição é atividade multidisciplinar", com o que estamos de pleno acordo.

O projeto não fixa o número de membros do Conselho, mas esclarece que "se constituirá de representantes dos Ministérios diretamente envolvidos na execução dos programas ...". Certamente, de início, ali estarão representados os Ministérios da Saúde, Educação, Agricultura, Planejamento e Trabalho, mas no futuro, ou ocasionalmente, poderão ser convocados outros, à medida que as necessidades o indicarem. Na parte final do nosso relatório, situando o INAN, não como órgão isolado, estanque, mas sim como uma atividade adicional ao esquema estratégico de desenvolvimento global, integrado e sincrônico, que tem o homem como centro, procuramos mostrar que nele se enquadram todos os programas governamentais que busquem essa finalidade. Ao INAN cabe, sobretudo, atribuições técnico-administrativas, devendo coordenar e disciplinar todas as iniciativas relacionadas com a alimentação e nutrição, tanto no âmbito dos Ministérios, como também em relação às Autarquias (SUNAB, SUDENE, INPS), Fundações (L.B.A., PIONEIRAS SOCIAIS, FSESP), órgãos estaduais, municipais e empresas privadas.

Em nada, acreditamos, aproveitará a eficiência do INAN dar ao seu Conselho Diretor uma composição complexa abrangendo todos os Ministérios, como quer o autor da Emenda, ou até, seria o caso, a totalidade dos órgãos que interferem no problema nutricional brasileiro.

Em relação aos Ministérios é evidente que alguns — Justiça, Minas e Energia, Comunicações, Relações Exteriores — não têm maiores responsabilidades na formulação da política de alimentação e nutrição ou só eventualmente poderão ter, não se justificando, pois, a sua presença no Conselho.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela rejeição.

EMENDA N.º 3

Autor: Deputado Alfeu Gasparini

A presente emenda propõe composição para o Conselho (parágrafo único do art. 5.º).

Pelas razões já expostas quando comentamos a Emenda n.º 1, somos igualmente de parecer contrário à sua aprovação.

EMENDA N.º 4

Autor: Senador Benedito Ferreira

É digna de louvor a iniciativa do nobre Senador Benedito Ferreira propondo emenda ao projeto de lei n.º 11 com o objetivo de obter recursos para financiamento de projetos previamente aprovados pelo Ministério da Agricultura e que objetivem aumentar a produção de leite em condições econômicas e higiênicas. Estabelece ainda a emenda em exame que o retorno das importâncias deferidas com aquela finalidade seria escriturado pelo Banco do Brasil em favor do INAN. Os recursos acima aludidos originar-se-iam da majoração em 10% das alíquotas relativas às Posições sub-posições e itens constantes dos Capítulos 22 a 24 (fumo e bebidas) integrantes da Tabela anexa ao Dec. n.º 70.162, de 18 de fevereiro de 1972, que regulamenta o Imposto sobre Produtos Industrializados.

O mecanismo imaginado resultaria dentro de pouco tempo em enorme aporte de recursos ao INAN, conforme demonstra na sua justificativa. Não há negar, todavia, que a majoração pretendida, ainda que incidente sobre produtos superfluos ou até nocivos à saúde, teria de qualquer modo repercussão sobre o custo de vida. Acontece, porém, que o INAN nasce bem dotado de recursos que nos parece bastar aos seus propósitos iniciais.

Vejamos: 1 — já para o corrente exercício financeiro o projeto (art. 9.º) autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito até o valor de Cr\$ 2.000.000,00 para fazer face às despesas de implantação; 2 — por outro lado (art. 8.º), o INAN disporá de recursos provenientes de:

I — transferência de recursos do Tesouro consignados no Orçamento da União;

II — financiamentos, internos ou externos;

III — restituições relativas à execução de programas, projetos ou atividades, sob condição de reembolso;

IV — receitas patrimoniais, doações ou legados e eventuais;

V — outras receitas que forem definidas pela legislação.

Estima-se o total em cerca de 450 milhões para o ano de 1973 (Item 20 da Exposição de Motivos).

Ao longo do nosso trabalho procuramos identificar e quantificar os grupos vulneráveis sobre os quais é urgente interferir com programas nutricionais adequados a serem executados em condições domiciliares, em Centros de Recuperação Nutricional ou em regime de internamento hospitalar. A população identificada foi distribuída em três categorias, segundo o maior ou menor risco a que está sujeita. (Riscos I, II e III.)

Sustentamos que, definidos os programas, fossem os mesmos executados obedientes às seguintes metas:

Meta I — Consistiria em tratar 80% dos casos graves de MPC (risco I) em condições de hospital;

Meta II — Objetivaria recuperar 50% dos casos moderados de má-nutrição (riscos I e II), através dos Centros de Recuperação Nutricional;

Meta III — Distribuição de suplementos dietéticos a 50% das gestantes e nutrízes, incluídas nos riscos I e II.

Procuramos em seguida dimensionar os custos em cada uma das Metas e as despesas previstas acrescentamos mais 35% do total destinados aos gastos administrativos. Os resultados dessas especulações encontram-se nas tabelas XXIV e XXV inseridas no texto do relatório e mostra a exequibilidade financeira do programa sem necessidade de outras fontes de recursos além das que estão previstas.

Feitas essas observações, digamos, relativas ao mérito da proposição passemos a examiná-la do ponto de vista

constitucional. O parágrafo 2.º do art. 62 da Constituição estabelece:

"Art. 62.

§ 1.º

§ 2.º Ressalvados os impostos mencionados nos itens VIII e IX do art. 21 e as disposições desta Constituição e de leis complementares, é vedada a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita do orçamento de capital, proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes."

E mais: o parágrafo único do artigo (último) que a Emenda visa incluir no projeto, confessa a existência de despesa não prevista. Embora procure indicar a fonte de custeio, não ilide a sua inconstitucionalidade ante o disposto no art. 57, parágrafo único, alínea a, da Constituição in verbis:

"Art. 57

Parágrafo único: não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos cuja iniciativa seja exclusiva competência do Presidente da República".

Assim, salvo melhor juízo, manifestamo-nos pela rejeição da emenda.

Ante o exposto somos favoráveis ao Projeto e contrário às emendas de n.ºs 1, 2, 3 e 4, oferecidas perante a Comissão.

É o parecer.

ANEXO DO PARECER — NOTAS BIBLIOGRÁFICAS Bibliografia

1. FREDERICKSEN, H.
Determinants and Consequences of Mortality and Fertility Trends Public Health Reports 81:715-727, 1966.
2. FREDERICKSEN, H.
Feedbacks in Economic and Demographic Transition Science, 1966 (3907): 836-847. 1969.
3. RULISON, M. VE.
Topical Investigation and Analysis of Nutritional Supplements in Family Planning Programs in India and Pakistan Research Triangle Institute, North Carolina, 1970.
4. THOMLINSON, R.
Population Dynamics, New York: Rondon House, 1961.
5. UNITED NATIONS (1968)
International Action to Avert the impending protein crisis. Report of the Advisory Committee on the Application of Science and Technology to Development to the Economic and Social Council, New York.
6. SALOMON, J. B.; CORDON, J. E., SCRIMSHAW, N. S.
Studies of Diarrhea Disease in Central America. Associated Chickenpox Diarrhea and Kwashiorkor in a Highland Guatemala Village Amer. J. Trop. Med. 15:997-1002, 1966.
7. FAO/WHO
Report of the Joint FAO/WHO Committee of Experts on Requirements for Protein and Energy (in Press) 1971.
8. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Food Consumption in Brazil.

Center for Statistical and Econometric Studies, Nov. 1970.

9. Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development Northeast Brazil — Nutrition Survey, May 1965.
10. Organización Panamericana de La Salud
Investigación Interamericana de Mortalidad en la Niñez Primer Año de la Investigación, Sept. 1971.
11. DEAN, R. F. A.
The Effects of Malnutrition on the Growth of Young Children Modern Problems in Pediatrics, 1960.
12. ROBLES, B. and CRAVIOTO, J.
Evolution of adaptive and motor behavior during rehabilitation from Kwashiorkor.
Amer. J. Of Orthopsychiatr., 35:449, 1965.
13. SALOMON, J. B., KLEIN, R. E., CANOSA, C.
Nutrição, Infecção e seus efeitos sobre o crescimento físico e o Desenvolvimento Mental de Crianças Menores de 7 anos. Ed. Grupo de Estudos de Nutrição da Un. Brasília, 1970.
14. MARCONDES, E., LEFEVRE, A. B. MACHADO, D. V. M.
Desenvolvimento Neuropsicomotor da Criança Desnutrida I. Má nutrição Protélica
Revista Brasileira de Psiquiatria, 4:173-219, 1969.
15. LOWTHER, M. E., MACK, P. B., LOGAN, C. H., O'BRIEN, A. T., SMITH, J. M., SRAGUE, P. K.
The School Lunch as a supplement to the Home Diet of Grade School Children Child. Develop. 11:203-210, 1940.
16. SCRIMSHAW, N. S., SALOMON, J. B., BRUCH, H. and GORDON J. E.
Measles, Diarrhea and Nutrition Deficiency in rural Guatemala. Amer. J. Trop. Med. 15:625-631, 1966.
17. WILSON, E. FISHER, K. H., FUQUA, M. E.
Principles of Nutrition, 2.º Ed., John Wiley and Sons, New York, 1966.
18. Programas de Metas e Bases do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Adhemar de Barros Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Teotônio Neto.

O SR. TEOTÔNIO NETO — Sr. Presidente, desejaria, inicialmente, louvar o trabalho de S. Ex.ª o Sr. Relator, que se houve com muito equilíbrio e muita acuidade.

Não é a primeira vez que esta Casa recebe a sua contribuição. Sendo S. Ex.ª homem do Nordeste, ocupou-se também de muitos estudos ali feitos e que estão aqui representados como a base maior da sua sábia argumentação.

Estamos diante de um problema muito importante, Sr. Relator, que é aquele que diz respeito à implantação do PROTERRA. V. Ex.ª disse muito bem, numa passagem do seu relatório, do qual acabo de tomar conhecimento, que era importante não somente a qualidade dos alimentos, mas também outras providências correlatas. O PROTERRA me parece que é, senão a última, a maior das esperanças do homem nordestino. Chegaria a dizer aos homens de São Paulo que, neste momento, presidem a nossa Comissão Mista, que, fracassando o PROTERRA em relação à atividade agropastoril, não sei quais as consequências que iriam advir para o nosso País como um todo. Dai, a qualidade dessa alimentação que promana da terra é que exige aprimorado estudo e, talvez, participação mais direta de homens como V. Ex.ª, Sr. Relator, junto às autoridades que estão laborando nessa iniciativa de aplicação das atividades do PROTERRA com vistas a produzir mais e melhores alimentos para atender ao supri-

mento das cidades administrativas e das cidades industriais nascentes em nossa Região.

A SUDENE prestou grandes serviços, e poderia ter feito muito mais se tivesse saído da atividade normativa para entrar na executiva. Dir-se-á que talvez tenha fracassado por motivos que não valem ser aqui apreciados. Entretanto, creio que o pior dos erros é deixar de fazer com medo de errar. Num país subdesenvolvido como o nosso, que está procurando dar o passo para a economia, não devemos temer errar.

De modo que queria chamar a atenção de homens como V. Ex.^a, que se houve com tanto equilíbrio e sapiência na elaboração de projeto como esse, como também coordenou o trabalho da COCENE, que cuidem, enquanto é tempo, de não desestimular o homem do campo do Nordeste e do Norte, quanto à aplicação dos recursos do PROTERRA para desenvolver a atividade agropastoril do Nordeste brasileiro e também do Norte.

Verifiquei que V. Ex.^a citou que o INAN é Instituto normativo, não executivo. Dai concordo plenamente com o não aproveitamento das emendas, em que pese as boas intenções dos nossos eminentes colegas.

Felicito, pois, V. Ex.^a e dou voto plenamente favorável ao parecer do Relator, fazendo apenas um apelo veemente, convivendo, como V. Ex.^a convive, com as camadas mais humildes da comunidade, com as camadas médias e, pela condição de representar a Paraíba, com as camadas mais adiantadas do nosso Estado: tenhamos cuidado para que o PROTERRA não fracasse, pois, se fracassar, não sei aonde iremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adhemar de Barros Filho) — Nobre Deputado Teotônio Neto, não poderíamos deixar de nos juntar a V. Ex.^a nos aplausos que faz ao brilhante parecer do nobre Senador Waldemar Alcântara. Realmente, é um trabalho que está à altura dos que têm sido apresentados por esta Casa, em inúmeras oportunidades anteriores. A extensão e a profundidade do trabalho merecem os encômios da Comissão.

Continua em aberto a discussão. (Pausa)

Com a palavra o nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO — (Fora do microfone) ... Mas quero dizer a V. Ex.^a que o problema de que trata o relatório do eminente Senador Waldemar Alcântara é, de fato, a meu ver, o maior do Brasil. Tive oportunidade de estudá-lo agora e ainda hoje ocupei a tribuna do Senado para falar a respeito. O Senador Waldemar Alcântara, num gesto que me comoveu e me honrou, sensibilizando-me, deu-me para ler, ontem, o seu parecer.

Destaco este fato para mostrar a importância do Poder Legislativo na vida do Brasil. Realmente, este documento eleva e engrandece a vida pública brasileira, porque mostra como nós, parlamentares, homens políticos, podemos contribuir para o futuro da Pátria, dando a participação da nossa vivência, dos nossos conhecimentos à solução dos graves problemas brasileiros.

Felicito-me como brasileiro, como Senador, por ver o trabalho fabuloso apresentado pelo nosso eminente colega Senador Waldemar Alcântara. Digo a V. Ex.^a que o aprovo, dou-lhe o meu voto com distinção e louvor. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Adhemar de Barros Filho) — Continua em discussão o relatório do Senador Waldemar Alcântara.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, o magnífico estudo consubstanciado no relatório do nobre Senador Waldemar Alcântara é mais um testemunho — como acaba de salientar o nobre Senador Arnon de Mello — do quanto realmente pode fazer o Congresso Nacional ao es-

tudar programas como este, consubstanciado no Projeto de Lei n.º 11/72, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, na fixação de diretrizes realmente voltadas para a realidade nacional. O trabalho do Senador Waldemar Alcântara reflete sua experiência de homem público, de médico voltado para os problemas da saúde pública brasileira, de homem que já prestou relevantes serviços, inclusive no Banco do Desenvolvimento do Nordeste, tudo isto revela a possibilidade que temos de realmente participar do trabalho de desenvolvimento nacional, na fixação dessas diretrizes que acabamos de ver tão bem definidas pelo Senador Waldemar Alcântara.

Congratulando-me com o eminente colega pelo trabalho trazido a esta Comissão, que realmente destaca o Congresso Nacional, quero principalmente salientar, no bojo de seu relatório, aspectos como aqueles que ele destacou ao analisar os programas de merenda escolar.

Disse S. Ex.:

"Experiências realizadas em outras regiões com a distribuição de alimentos processados e distribuídos sem qualquer participação dos escolares na sua preparação foram muito mal sucedidas, provocando o desinteresse e prejudicando a eficiência da função educativa da merenda escolar."

Um dos problemas que nós temos ainda no nosso programa de merenda escolar, no Brasil, é este: a criança realmente não participa como deveria participar da programação. Nós ainda estamos usando alimentos em geral oferecidos pelos Estados Unidos, alimentos preparados que chegam às escolas, distribuídos, prestando, na realidade, benefícios mas não realizando muitas vezes o principal que é aquilo que destaca o Senador Waldemar Alcântara, nos seus comentários. É quando esquecemos que o programa de merenda escolar é para a criança e não a criança para o programa. E nós temos, e poderíamos citar ou poderíamos buscar, na experiência nacional, fatos que demonstram a realidade dessas observações. Quando a atual Fundação de Serviços de Saúde Pública do Brasil, antes Serviço Especial de Saúde Pública, realizou o seu maior programa de saúde, no período da Última Guerra, na Amazônia, os programas de merenda escolar foram ali realizados com esse sentido e eu próprio, naquela ocasião médico do Serviço Especial de Saúde Pública, pude participar, no campo, desse trabalho. Então, as crianças trabalhavam nas hortas escolares. A comunidade participava inclusive com doações para a manutenção da merenda escolar. Os clubes de saúde realizavam trabalhos realmente de comunidade, inclusive com o teatro escolar que arrecadava fundos para a manutenção da merenda nas escolas. Então, o que disse o Senador Waldemar Alcântara já encontra comprovação inclusive se formos procurar nos arquivos do Serviço Nacional de Saúde Pública. Ainda mais: quando o Senador Waldemar Alcântara fala na proteção específica aos grupos vulneráveis, coloca o problema em termos de realidade. E manifesto a minha esperança de que agora, no terreno da saúde pública no Brasil, saíamos, na realidade, de um certo vazio em que vivemos, nos últimos anos, nas tarefas do Ministério da Saúde; esperemos que o Ministro Mário Machado de Lemos, com a sua formação real de sanitário, possa conduzir a atividade nesse campo, influenciando para que haja realmente a integração aqui preconizada pelo Senador Waldemar Alcântara; que o Instituto no seu trabalho de coordenação e orientação promova realmente não só a integração dos serviços dos Ministérios com atividades específicas nesse campo, mas também das comunidades brasileiras para a execução do programa.

Não poderia deixar, Sr. Presidente, de manifestar meu entusiasmo por mais este projeto enviado pelo Executivo a esta Casa, porque pode conduzir realmente ao trabalho de vencer um dos mais graves problemas da saúde pública.

Com as minhas congratulações ao Senador Waldemar Alcântara, portanto, expressas não só como companheiro mas como colega, quero traduzir, com o entusiasmo pelo

projeto que aqui chega, também a confiança na sua realização, se o programa de trabalho for realmente voltado para essas diretrizes tão bem situadas no relatório do eminente Relator.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adhemar de Barros Filho) — Nobre Senador Cattete Pinheiro, V. Ex.^a expressa o pensamento que entendo unânime nesta Casa, no momento em que ela aprecia esta mensagem do Executivo — a criação de um novo instrumento que permita dar o sentido tão alto que o relatório do Senador Waldemar Alcântara expressou.

Continua em aberto a discussão do relatório e do parecer do nobre Relator. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, nos termos regimentais vamos colocar em votação o parecer global,

tanto com relação às emendas, às quais o eminente Relator expressou a sua rejeição, como também em relação ao parecer final, no sentido da aprovação do projeto.

Em votação.

Os Srs. Congressistas que estiverem de acordo quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA — Muito obrigado a todos, pela generosidade com que receberam o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Adhemar de Barros Filho) — Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 40 minutos.)

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente:	1º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2º-Vice-Presidente:	2º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1º-Secretário:	3º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2º-Secretário:	4º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3º-Secretário:		Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Guido Mordin (ARENA — RS)		
		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTES

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena
Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CJJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

SUPLENTES

ARENA

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Macial
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDBAmaral Peixoto Nelson Carneiro
Franco Montoro
Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondim
Orlando Zancaner

SUPLENTE

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
José Augusto

SUPLENTE

ARENA

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 310

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

SUPLENTE

ARENA

Milton Cabral
Fausto Castelo-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres

Alexandre Costa

José Lindoso

Orlando Zancaner

Virgílio Távora

Milton Trindade

José Guilomard

Flávio Britto

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito****Chefe: J. Ney Passos Dantas****Local: 11.º andar do Anexo****Telefone: 24-8105 — Ramal 303**

- 1) **Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.**
- 2) **Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.**
- 3) **Comissões Especiais e de Inquérito.**
- 4) **Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).**

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginalia (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

Serviço Gráfico do Senado Federal

Caixa Postal 1.503

Praça dos Três Poderes

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

- (Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69; ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e Impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

SUMULÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Sobre a Correção Monetária, advinda com a Lei nº 4.686, de 1965, acaba de ser publicada uma coleção de acórdãos do Excelso Supremo Tribunal Federal. Trabalho organizado por Jardej Noronha e Odaléa Martins, ambos autores de várias obras sobre a Jurisprudência daquela Alta Corte.

Este novo trabalho, acompanhado de todas as Leis inerentes ao assunto, é apresentado com uma bela e judiciosa apreciação do eminente professor Pereira Lira, que sobre o mesmo diz, textualmente, da sua necessidade para os que militam na Justiça.

ROTEIRO: Jurisprudência (acórdãos) — Legislação Citada — Índice Alfabético Remissivo — Índice Numérico dos Julgamentos — Índice da Legislação Citada.

São dois volumes, num total de 960 páginas

PREÇO Cr\$ 60,00

NOVO CÓDIGO PENAL

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma Seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.ª PARTE: Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940); — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69, Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40, e Legislação Correlata.

Preço: Cr\$ 15,00

NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR e NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 28, publica as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO: — "Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia" (Senador Joséphat Marinho) — "Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas" (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de Iniciativa das Leis" (Professor Roberto Rosas) — "O Sistema Representativo" (Professor Paulo Bonavides).

CÓDIGOS — "Código Penal Militar." 1.ª Parte: I — Anteprojeto do Código Penal Militar (autor: Ivo d'Aquino); II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.ª Parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.000, de 21-10-69 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44 (Ana Valdez Ayres Neves de Alencar). — "Código do Processo Militar" — "Lei Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Emendário de Legislação.
PUBLICAÇÕES — Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Volume com 430 páginas, preço Cr\$ 10,00

Os pedidos devem ser endereçados ao **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL** — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário; nominal, visado, e pagável na praça de Brasília.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

Cr\$

— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenêo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr. Ayr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companheira

Ana Valdez A. N. de Alencar

Poluição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominiais — Insuscetibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Átila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO

Homenagem

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 359

Prof. Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA

O Senado do Império e a Abolição

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

Consolidação das Leis do Trabalho

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20